



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING



LÍVIA MARIA ALVARENGA DE LIMA

**A PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM E A
APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DE OUTREM NOS
TEXTOS DOS CANDIDATOS**

João Pessoa
2017

LÍVIA MARIA ALVARENGA DE LIMA

**A PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM E A
APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DE OUTREM NOS TEXTOS
DOS CANDIDATOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de concentração Linguística e Práticas Sociais, direcionado à linha de pesquisa Discurso e Sociedade como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Ester Vieira de Sousa (UFPB).

João Pessoa
2017

L732p Lima, Livia Maria Alvarenga de.
A proposta de redação e a apropriação do discurso de outrem
nos textos dos candidatos / Livia Maria Alvarenga de Lima. -
João Pessoa, 2017.
94 f. : il.

Orientador. Maria Ester Vieira de Sousa.
Mestrado (Dissertação) - UFPB/CCHLA

1. Linguística. 2. Argumentação. 3. Discurso de outrem. 4.
Redação - ENEM. 5. Bivocalidade. I. Título.

UFPB/BC

LÍVIA MARIA ALVARENGA DE LIMA

**A PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM E A
APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DE OUTREM NOS
TEXTOS DOS CANDIDATOS**

BANCA EXAMINADORA

Maria Ester Vieira de Sousa

Prof.^a. Dr.^a. Maria Ester Vieira de Sousa (UFPB)
Orientadora

Pedro Farias Francelino

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (UFPB)
Examinador Interno

Laurênia Souto Sales

Prof.^a. Dr.^a Laurênia Souto Sales (UFPB)
Examinadora Externa

Aprovada em 27/04/2014

Para:

Mainha, minha inspiração diária.
Com quem aprendo, a cada dia, o verdadeiro
significado da vida.

AGRADECIMENTOS

Eu não teria controle sobre este árduo processo se não fosse com o apoio daqueles a quem agradecerei agora. Neste momento, o meu sentimento é de profunda gratidão. Agradeço a todos aqueles que se fizeram presentes (uns mais próximos, outros mais distantes) nessa caminhada. Agradeço primeiramente a Deus por me permitir realizar o que um dia foi sonho.

Agradeço a professora Ester, minha orientadora, que faz jus a esse papel. Obrigada pelo comprometimento, pela paciência nos momentos que falhei, pelas orientações que me foram dadas, pelo zelo com o trabalho, pela segurança e pela pontualidade com esse texto. Tudo que eu disser, neste espaço, será insuficiente para expressar o tamanho da minha gratidão. Durante todo o processo de leitura e escrita, tive a certeza de que quero seguir os seus exemplos que, indubitavelmente, são os melhores.

Aos professores Laurênia e Pedro Francelino por aceitarem participar tanto da qualificação quanto da defesa, dando sempre as melhores e mais valiosas contribuições. Não poderiam ser outros professores, tinha que ser vocês, pois, desde a graduação, fazem parte da minha vida acadêmica. Obrigada pela leitura cuidadosa que realizaram. Vocês, juntamente com a professora Ester, fizeram-me admirar ainda mais a teoria desenvolvida por Mikhail Bakhtin.

Aos meus pais, em especial, a minha Mainha que, mesmo em seus momentos de fragilidade, sempre me encorajou a seguir, dizendo: você vai conseguir se Deus quiser. E, quando não mais saíam essas palavras de sua boca, dava-me um singelo abraço que me acalentava profundamente. Assim como Mainha, quero me dedicar cada vez mais à profissão que escolhi seguir. Aos meus irmãos que “sofreram” comigo, segurando a “barra” para que eu pudesse continuar a escrita, especialmente a Laila que conviveu com minha aflição diária.

A Demetro, meu noivo, por não ter me abandonado, quando eu mais o deixei só. A sua paciência foi maravilhosamente essencial para mim. Agradeço pelo seu amor e companheirismo incondicional nesses dois anos de pesquisa. Obrigada por ter me entendido nos meus muitos momentos de clausura, os quais também se estenderam a você.

Aos colegas de turma, em especial a Joserlândio, Michel, Ramísio, Eva, Francielly e Sérgio com os quais dividi, entre muitas outras coisas, alegrias e tristezas; medo e esperança. A Sérgio, agradeço por ter me ajudado, inclusive, a entregar meus trabalhos no PROLING, nas ocasiões em que era impossível fazer-me presente. Muito obrigada, meu amigo.

Aos amigos de sempre: Joseane, Danielle, Val, Paula, Henrique e Damião. Difícil falar em poucas palavras a gratidão pela amizade de vocês. Agradeço pelas palavras de carinho, pela preocupação desde o processo de qualificação, pelas ligações que me fizeram para saber como estava a pesquisa. Enfim, obrigada por existirem em minha vida. Damião, sou gratificada por você pegar, incansavelmente, os livros dos quais precisei na biblioteca.

Aos meus queridos e amados colegas de trabalho: Alessandra, Graça, André, Petrônio, Augusto, Jadson, Marília, Diego e Josenildo. A companhia de vocês é sempre prazerosa e alivia a alma, e os momentos de descontração me fizeram sentir uma leveza que acalmava o coração. Vocês me ouviram falar quase que diariamente sobre esse trabalho e me deram força para continuar. Obrigada pelas noitadas mensalmente que me fizeram e me fazem rir como criança.

A Carol pela gentileza em ter construído o *abstract* desse trabalho.

Aos professores da UFPB que torceram por mim desde a seleção de mestrado e me incentivaram a sempre buscar o melhor nos estudos: José Ferrari e Marianne Cavalcanti.

À Universidade Federal da Paraíba e ao PROLING por terem me proporcionado um ensino público de qualidade. E a todos os professores que ministraram as disciplinas e desencadearam discussões enriquecedoras.

Ao grupo de pesquisa “Práticas sociais e culturais de leitura e de escrita” coordenado pela professora Ester por compartilharem saberes e inquietações acerca dos estudos da linguagem.

Antes que eu esqueça alguém, finalizo aqui com certeza de que a alegria superou o cansaço.

RESUMO

Uma das temáticas bastante relevantes na área da teoria da enunciação é a que se propõe à análise da retomada do discurso de outrem. Socialmente, o *eu* necessita assumir um posicionamento axiológico e, para isso, é fundamental que ele elabore argumentos que são construídos a partir da retomada do discurso de outros sujeitos. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de analisar os modos de apropriação do discurso de outrem presentes em redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2014, demonstrando como esse fenômeno enunciativo-discursivo se apresenta no fio do discurso. Especificamente, investigaremos como os sujeitos articulam os discursos dos textos motivadores e os seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida, para construírem a argumentação. Diante disso, faremos também uma análise da proposta de redação do ENEM no referido ano. Utilizamos, como aporte teórico principal, as considerações enunciativas de Bakhtin/Volochinov (1999/2002), Bakhtin (1997), Brait (2005), Faraco (2003), Fiorin (2006) e Sobral (2009). Para discutirmos a produção de texto no ENEM, retomamos as considerações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o Guia do participante do Enem 2013, Abreu (2007), Barros (2007), Portela (2007), dentre outros. Metodologicamente, a pesquisa é de base bibliográfica e documental, e o *corpus*, composto de quatro redações e um fragmento de outra redação, foi coletado em dois sites da Internet. Concluímos que os esquemas de transmissão do discurso de outrem são formas pelas quais há marcas da subjetividade do sujeito enunciador. Na elaboração do discurso argumentativo, os sujeitos evocam inúmeras vozes, tanto aquelas presentes na proposta quanto as que estão fora dela e constroem uma argumentação consistente. A partir desses discursos reportados, os sujeitos concordam, discordam, polemizam etc., estabelecendo, assim, diferentes atitudes sociais frente à voz alheia. As análises mostram também que a proposta de redação de 2014 já assume dois pontos de vista delimitados: a regulamentação da propaganda infantil no Brasil e o preparo das crianças para se tornarem consumidores conscientes e responsáveis no futuro. Portanto, o ponto de vista defendido pelos sujeitos também seguiu esse mesmo caminho, já que a própria proposta os condiciona a tomar esse posicionamento.

Palavras-chave: Argumentação; Discurso de outrem; Redação do ENEM; Bivocalidade.

ABSTRACT

One of the most relevant themes in the area of enunciation theory is the one that proposes the resumption analysis of others discourse. Socially, there are several situations in which the *I* needs to assuming an axiological position and, for that, it is fundamental that it elaborates arguments that are constructed from the discourse resumption of other subjects. In this sense, the present work has the objective of analyzing the appropriation modes of others discourse present in essays of the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) in 2014, demonstrating how this enunciative-discursive phenomenon is presented in the thread of speech. In addition, we are going to investigate how subjects articulate the discourses of the motivational texts and their acquired knowledge throughout life to construct the argumentation. On this, we are also going to do an analysis of the ENEM writing proposal in that year. We are going to use as main theoretical contribution the enunciating considerations of Bakhtin / Volochinov (1999/2002), Bakhtin (1997), Brait (2005), Faraco (2003), Fiorin (2006) and Sobral (2009). In order to discuss the production of text in the Enem, we return to the considerations of the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), linked to the Ministry of Education (MEC), Guia do participante do Enem 2013, Abreu (2007), Barros 2007), Portela (2007), among others. Methodologically, the research is on bibliographical and documentary basis, and the *corpus*, composed of four writings and a fragment of another one, was collected in two Internet sites. We conclude that the transmission schemes of the discourse of others are forms by which there are marks of the subjectivity of the enunciating subject. In the elaboration of the argumentative discourse, the subjects evoke countless voices, both those present in the proposal and those that are outside of it and construct a consistent argumentation and, with these reported discourses, the subjects agree, disagree, polemize, etc., establishing different social attitudes towards others voice. The analysis also shows that the proposal for 2014 composing has already assumed two delimited points of view: the regulation of children's advertising in Brazil, and the children preparation to become conscious and responsible consumers in the future. Therefore, the point of view defended by the subjects also followed this same path, since the proposal itself conditions them the taking of this positioning.

Keywords: Argumentation; Other people's speech; Writing ENEM.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 Proposta de Redação 2014.....	39
Figura 2 Fragmento 1 da proposta de redação.....	43
Figura 3 Fragmento 2 da proposta de redação.....	48
Figura 4 Fragmento 3 da proposta de redação.....	49
Figura 5 Fragmento 4 da proposta de redação.....	62
Figura 6 Fragmento 5 da proposta de redação.....	64
Figura 7 Fragmento 6 da proposta de redação.....	71
Figura 8 Fragmento 7 da proposta de redação.....	72
Figura 9 Fragmento 8 da proposta da redação.....	73
Figura 10 Fragmento 9 da proposta de redação.....	74
Figura 11 Fragmento 10 da proposta de redação.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Variantes do discurso de outrem	29
Quadro 2 Análise dos símbolos referentes ao texto II da proposta de redação	41
Quadro 3 Associação do comando da proposta com as competências cobradas para a correção das redações.....	44
Quadro 4 Níveis de correção das redações cobrados na competência II	45
Quadro 5 Níveis de correção das redações requeridas na competência III.....	50
Quadro 6 Níveis de correção das redações exigidas na competência IV.....	52
Quadro 7 Categorias analíticas mais recorrentes.....	80

Sumário

INTRODUÇÃO.....	133
2- A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA BAKHTHINIANA	199
2.1 O discurso de outrem	22
2.2 Modos de transmissão do discurso de outrem (variantes do discurso direto e indireto)	255
2.3 O discurso bivocal na obra Problemas da Poética de Dostoiévski	30
3. A PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM E OS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO.....	366
3.1 A proposta de redação de 2014: avaliando as condições de produção de textos dos candidatos	388
4. O DISCURSO DE OUTREM EM REDAÇÕES DO ENEM 2014	544
4.1 Retomada do discurso alheio	555
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	855
ANEXOS	876

INTRODUÇÃO

A temática do discurso de outrem ainda demanda reflexões na perspectiva dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin, a qual evidencia que um discurso é sempre atravessado por outros. Considerando as discussões sobre a dialogicidade da linguagem, podemos afirmar que qualquer texto está sempre em constante diálogo com outros textos, com outros discursos, com outras enunciações e com outras palavras.

A enunciação, segundo a teoria bakhtiniana, constitui-se na comunicação entre o locutor e o interlocutor, de modo que há sempre um outro a ser remetido e, é nessa perspectiva, que direcionamos nosso estudo. Esse fato despertou a nossa atenção para a investigação dessa temática e, entre os inúmeros discursos que podem ser analisados sob a Teoria da Enunciação, destacamos como objeto de nossa pesquisa *O discurso de outrem em redações do ENEM 2014*. Assim, nosso objetivo geral é analisar os modos de apropriação do discurso de outrem presente em redações do ENEM do ano de 2014.

Nesse sentido, temos como objetivos específicos investigar: a) como eles defendem um ponto de vista, para construir a argumentação, articulando os textos motivadores propostos no exame e seus conhecimentos e experiências que acumulam durante a vida; b) as formas de apropriação do discurso de outrem, de acordo com Bakhtin/Volochinov (2002) e c) como ocorre essa apropriação, considerando a noção da bivocalidade presente em Problemas da Poética de Dostoiévski de Bakhtin (1997). Em função desses objetivos, sentimos a necessidade de também descrever e analisar a proposta de redação de 2014 do referido Exame, já que é a partir dela que há o discurso constitutivo dos textos candidatos.

Partimos do pressuposto de que essas redações são constituídas por discursos de diferentes esferas, tais como: política, social e cultural. Em vista disso, a questão inicial que norteou essa pesquisa foi: como os sujeitos-enunciadores se apropriam do dizer do outro para a construção de uma argumentação consistente em redações do Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2014?

Julgamos pertinente analisar como os sujeitos se apropriam da voz do outro no texto dissertativo-argumentativo¹ porque ele permite ao aluno posicionar-se na condição de sujeito

¹ Existem muitos trabalhos, no Brasil, acerca dos gêneros discursivos. Neste trabalho, não discorreremos um tópico acerca da diferença entre gêneros discursivos e tipologias textuais. Estamos assumindo esses textos como gênero discursivo, considerando os três elementos abordados por Bakhtin (2003): conteúdo temático, estilo e estrutura composicional.

da escrita, diferentemente do que ocorre com alguns gêneros como a receita, a bula de remédio, os classificados, etc., por exemplo, que possuem uma estrutura composicional bastante estável.

De acordo com Andrade de Rabelo (2006):

Desde 1998, ano de sua primeira versão, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi ano a ano ampliando sua credibilidade, mesmo sendo voluntário, tendo uma procura cada vez maior. Em 2006, foram mais de 3,7 milhões de candidatos inscritos. Compareceram para fazer a prova cerca de 2,8 milhões, o que representou aproximadamente 75% dos inscritos. Configura-se, aí, um grande desafio: as correções das redações. (ANDRADE e RABELO, 2007, p.11).

O ENEM surgiu apenas como critério avaliativo do Ensino Médio, assim como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) avalia as séries do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio. Contudo, em 2009, passou a funcionar como processo seletivo para o ingresso em instituições de Ensino Superior em todo o País. Dada a importância desse instrumento de avaliação, muitos trabalhos têm sido desenvolvidos com temas relacionados ao Exame, já que é um “vestibular” em nível de Brasil.

Propomo-nos a essa perspectiva teórica porque o enunciado se constrói e forma novos sentidos a partir da retomada do discurso de outrem e este, ao ser reportado, contribui para a formação de variados e múltiplos sentidos na cadeia enunciativa. É essa perspectiva que defende Bakhtin (2002, p.86), a qual incorporamos nesse trabalho:

[...] todo enunciado concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, envolvido por uma névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. [...] Orientado para o seu objeto, o discurso penetra nesse meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros.

A dialogicidade é própria do discurso, então, não há como produzir um texto (oral, escrito ou verbo-visual) sem evocar outras vozes discursivas, sem retomar outros discursos.

Uma das grandes preocupações dos sujeitos com as redações do ENEM é com a argumentação, porque esse é um dos critérios de avaliação e, para construir um discurso

argumentativo consistente, é preciso ter conhecimentos, além daqueles que estão postos na prova, conhecimentos que digam respeito aos aspectos culturais, históricos e sociais do objeto do discurso.

Também consideramos relevante tecer investigações sobre a temática do discurso de outrem presente em redação do Exame em questão porque é através dele que a maioria dos sujeitos ingressa no ensino superior, e a redação é um dos quesitos a que mais se atribuem pontos. Como a proposta apresentada é sempre de um texto dissertativo-argumentativo, os sujeitos-enunciadores precisam apresentar, como exigência do Exame, argumentos relevantes e consistentes referentes ao tema, para defenderem seu ponto de vista.

É necessário que eles não se limitem apenas ao que dizem os textos motivadores, mas é fundamental, sobretudo, que apresentem informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente, interligando-os a diversas áreas do conhecimento.

Conforme consta na Matriz de Referência do Exame², a redação do ENEM deve ser avaliada a partir de cinco competências. Entre elas, destacamos, para a nossa pesquisa, a competência II (compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo); a competência III (selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista) e a competência IV (demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação). É através, principalmente, dessas três competências que se cobra a elaboração de um discurso argumentativo consistente. Assim, são exigidas dos sujeitos produtores da escrita duas dimensões: aquela que já está dada nos textos de apoio e a que eles trazem de conhecimento de mundo.

Teoricamente, esta investigação se fundamenta nos estudos enunciativo-discursivos, baseados nos escritos do Círculo de Bakhtin, como Bakhtin (1997), Bakhtin/Volochinov (1999/2002), Bakhtin (2002), Brait (2005), Faraco (2003), Fiorin (2006) e Sobral (2009) acerca dos conceitos de dialogismo, polifonia, discurso de outrem e outros conceitos fundamentais para a análise, os quais serão indispensáveis para compreensão e identificação dos vários discursos que se entrelaçam nas redações analisadas.

² Documento central nas orientações das propostas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa Matriz descreve as competências e habilidades exigidas do aluno e apresenta o conteúdo programático do ENEM.

Dialogamos com os documentos que tratam de temas referentes ao ENEM, principalmente, os que estão postos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que é vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Essas questões fazem alusão ao modo de funcionamento de correção das redações do Exame e o que é cobrado no texto dissertativo-argumentativo em relação à argumentação.

Esta pesquisa é de base bibliográfica e documental, cujos dados foram coletados em dois *sites* da Internet³. Buscamos somente redações de sujeitos que obtiveram nota mil. A escolha por esse *corpus* justifica-se, entre outros motivos, porque queremos investigar as estratégias argumentativas elaboradas pelos sujeitos, nesse Exame, já que a argumentação é um critério bastante significativo nas redações e caracteriza-se como uma atividade social cuja natureza é dialógica.

É preciso apontar que houve uma grande dificuldade na coleta das redações, primeiramente porque buscamos a confiabilidade do material coletado, porém esses textos só puderam ser buscados via Internet e foram disponibilizados, provavelmente, pelos próprios candidatos, já que eles podem ter acesso às redações, utilizando o número do CPF e uma senha particular através *site* do INEP.

Outra dificuldade relacionada à coleta do *corpus* se deu porque o nosso objetivo era buscar apenas redações de candidatos que atingiram nota 1000 (mil), pois, para explicarmos a apropriação do discurso de outrem para a construção de uma argumentação consistente, o ideal seriam redações que obtiveram uma pontuação máxima. O *corpus* se constitui da proposta de redação do ENEM 2014 e de 19 redações, das quais quatro foram escolhidas para a análise. Destacamos também que foi escolhido um fragmento de uma quinta redação, o qual foi necessário inseri-lo porque, ao analisar o primeiro texto, tivemos a intenção de demonstrar que houve uma retomada do discurso de outrem semelhante ao que foi feito na primeira redação, utilizando a mesma variante de apropriação da voz alheia. É preciso destacar também que o período da coleta dos dados ocorreu entre junho de 2015 e maio de 2016.

Para melhor organizar os dados, os textos dos candidatos serão representados por siglas, como R1, R2... que corresponde à redação do sujeito, e os números referem-se à ordem dos textos. Posteriormente, aparecem as iniciais do nome do candidato e, em seguida, a sigla do estado a que ele pertence.

³ Fonte: <http://www.plox.com.br/educacao/leia-redacoes-do-enem-que-tiraram-nota-maxima-no-exame-de-2014>
Fonte: <http://blogdoenem.com.br/redacao-enem-nota-1000/>. Quatro redações foram retiradas desse último *site* e apenas uma (a última redação analisada) foi retirada do primeiro.

A análise do *corpus* dessa pesquisa será pautada em averiguar os modos de transmissão do discurso alheio, considerando as categorias apontadas, especificamente, por Bakhtin/Volochinov (2002) e Bakhtin (1997).

Quanto à retomada do discurso de outrem, Bakhtin/Volochinov (2002, p. 147) dizem que “Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser privado da palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores.” Ou seja, toda a atividade mental do falante é mediada pelo discurso interior e é através disso que ocorre a junção com o discurso que é apreendido exteriormente. É no discurso interior que se efetua a apreensão do discurso de outrem.

Segundo Sousa (2008, p. 57), retomar outros discursos “[...] significa dizer que, quando falamos ou escrevemos, nunca inauguramos um começo absoluto”. É essa ideia que Bakhtin e o Círculo defendem quanto à concepção de linguagem enquanto interação; é esse discurso alheio presente no texto dissertativo-argumentativo que analisaremos no nosso trabalho. Quanto à utilização de outros discursos para a construção de um texto, surge uma pergunta para a qual não conseguiremos respostas imediatas, mas que merece mencionarmos: como a escola trabalha esse resgate de outras vozes com os alunos? Sousa (2008) ressalta:

Parece-me que essa discussão passa longe de uma prática de sala de aula relacionada à primeira fase do ensino fundamental porque, dada a sacralização do texto e, especificamente, de alguns gêneros discursivos, imagina-se (concebe-se) que esse é um conhecimento que não é adequado a determinadas fases de escolaridade. Somente a alguns iniciados, numa fase superior de escolaridade, é dado pensar sobre as regras (sociais, culturais, históricas e linguísticas) de citação ou de repetição do discurso do outro. (SOUSA, 2008, p.59)

A utilização de distintos dizeres funciona como estratégia discursiva para a construção de um texto e, indubitavelmente, a escola exerce papel indispensável para a formação dessa prática. Porém, sabemos que ela, por si só, não é responsável pelo discurso usado pelos alunos: eles adquirem um conhecimento prévio que é resultado de sua formação enquanto cidadão inserido em uma sociedade (ideológica). Esse conhecimento se materializa nas diversas situações comunicativas.

Estruturalmente, o trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro, que constitui essa introdução, apresentamos o objeto de estudo, os objetivos (geral e específicos), a justificativa e a metodologia da pesquisa e nos situamos teoricamente. No segundo, traçamos um panorama sobre as concepções teóricas referentes à teoria enunciativa-

discursiva, realizamos, em linhas gerais, uma discussão acerca do dialogismo, da polifonia e, principalmente, do discurso de outrem, abrangendo, inclusive, os modos de transmissão desse discurso.

Posteriormente, no terceiro capítulo, fizemos uma breve exposição referente ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde a sua implantação até os dias atuais, e, em seguida, apresentamos uma análise da proposta de redação: “A publicidade infantil em questão no Brasil” do ano de 2014. No quarto capítulo, intitulado “O discurso de outrem em redações do ENEM 2014”, tratamos as análises dos textos escolhidos.

Por fim, há as considerações finais em que mostramos os resultados alcançados, os quais evidenciam que, antes de tudo, as redações são constitutivamente dialógicas. Além disso, em todos os textos, houve a apropriação do discurso de outrem através de várias variantes, apontadas por Bakhtin/Volochinov (2002), como também através da bivocalidade do discurso discutida por Bakhtin (1997).

2. A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA

Nesta seção, trataremos inicialmente da concepção de linguagem defendida pelo Círculo de Bakhtin, contrapondo-as com a visão defendida pela linguística estrutural. Em seguida, abordaremos conceitos a respeito dos modos de transmissão do discurso de outrem, foco primordial desta pesquisa, também amparados pelos estudiosos do Círculo.

A concepção de linguagem adotada por Bakhtin e o Círculo tem gerado grandes investigações nas diferentes áreas do conhecimento, pois, para eles, o papel central da linguagem é a comunicação, e a interação verbal constitui sua realidade fundamental. Isso acontece devido ao fato de como Bakhtin, principalmente, na teoria do romance, ressalta que:

A língua, enquanto meio vivo concreto onde vive a consciência do artista da palavra, nunca é única. Ela é única somente como sistema gramatical abstrato de formas normativas, abstraídas das percepções ideológicas concretas que a preenchem e da contínua evolução histórica da linguagem viva. (BAKHTIN, 2002, p. 90).

Essa visão se contrapõe ao objetivismo abstrato, para o qual a língua é concebida como um sistema de normas rígidas e imutáveis, bem como ao subjetivismo individualista, que considera a enunciação monológica como um ato inteiramente individual, apoiando-se na enunciação monológica para suas reflexões sobre a língua. O objetivismo abstrato rejeita o ato de fala como individual, mas propaga uma visão de língua como sistema de formas imutáveis.

“Para Saussure a língua é um sistema supraindividual utilizado como meio de comunicação entre os membros de uma comunidade.” (COSTA, 2012, p.116). Embora o estruturalismo reconheça a necessidade do estudo da fala para elaborar hipóteses sobre o sistema a ela relacionado, priorizava o estudo imanente da língua. Já Bakhtin preocupava-se em estudar a língua em uso e não meramente enquanto sistema, assim, Bakhtin/Volochinov (2009, p.146) asseguram que “[...] o pensamento linguístico perdeu, sem esperança de reavê-la, a percepção da fala como um todo”.

Os autores declaram que nem o objetivismo abstrato nem o subjetivismo individualista dão conta da verdadeira natureza da língua. Para Bakhtin/Volochinov (2002, p.124), “[...] a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos falantes.” A língua, portanto, não é apenas um sistema de signos, pois, para produzirem sentidos, é

necessário que alguém se coloque no texto em um lugar de produção, em um tempo e espaço situados. Para Bakhtin, a linguagem é uma prática social que envolve a relação entre sujeitos.

A teoria da linguagem bakhtiniana volta-se para o estudo da linguagem a partir do enfoque dialógico, concebendo o discurso como seu objeto de estudo. Logo, as análises são feitas a partir das relações dialógicas e do plurilinguismo, no sentido de pluralidade de discursos. Esta ideia é defendida por Bakhtin (2002, p.74), em *O Discurso do Romance*, quando ele diz que “O romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais”. Assim, há um plurilinguismo de vozes, como o discurso do autor, o discurso dos narradores, os gêneros intercalados e o discurso das personagens, e cada um deles admite uma variedade de vozes sociais. A filosofia da linguagem, a linguística e a estilística ignoravam o plurilinguismo dialogizado.

Essa concepção de linguagem é também defendida por Bakhtin/Volochinov (2002), a qual, por ser de natureza social, realiza-se dentro de uma enunciação que é abordada numa dimensão discursiva contendo caráter interativo, social, histórico e cultural. Nesse sentido, a enunciação pode ser entendida como o momento de uso da linguagem, a qual envolve não apenas a existência de participantes em uma situação comunicativa, mas também o tempo histórico e o espaço social de interação, isto é, o contexto.

A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, trata-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ela é de natureza social ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2002, p.16).

Sendo assim, o locutor, em seu horizonte social, constrói seu discurso, sua enunciação, que é resultado da interação com outros indivíduos e, por ser de natureza social e histórica, a enunciação relaciona-se a enunciados passados e futuros, o que faz produzir e circular discursos. Na abordagem dialógica, o sentido do texto depende não somente dos locutores e interlocutores, mas também do contexto enunciativo, dessa forma, os efeitos de sentido se formam a partir das construções discursivas, logo, o sujeito e o sentido constroem-se discursivamente.

Bakhtin (2002, p.88-89) afirma que: “[...] o discurso nasce no diálogo como uma réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica.” Todo discurso é uma

resposta, portanto, a enunciados anteriores. Assim, os enunciados constituem-se a partir de outros enunciados, estabelecendo uma interação com discursos passados e futuros.

Brait (2005, p. 93) afirma que “[...] linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta no momento e no lugar da atualização do enunciado”. Ou seja, o significado da palavra não depende só do locutor e do interlocutor, mas está relacionado à história no ato de sua realização. Para Bakhtin, a língua tem a propriedade de ser dialógica, mas essas relações dialógicas não se reduzem ao diálogo face a face, estendendo-se a qualquer situação de interação em contextos mais amplos. O diálogo face a face interessa ao Círculo no sentido de entrecruzamento das múltiplas verdades sociais, a confrontação das mais diferentes refrações sociais expressas em enunciados.

Bakhtin (2003) enfatiza que, diferentemente da frase e da oração, o enunciado requer alternância de sujeitos no discurso. O contexto da oração é o contexto da fala do mesmo sujeito do discurso (o falante). Todo enunciado tem um princípio e um fim absoluto. O falante, antes de produzi-lo, baseia-se em enunciados passados seus e de outros e, ao término do seu enunciado, cede à palavra ao ouvinte ou espera uma compreensão ativamente responsiva dele. O enunciado é uma réplica de um diálogo, pois os sujeitos, quando o produzem, estão participando de um diálogo com outros sujeitos e discursos. E, por ser uma réplica, os enunciados permitem que haja uma resposta ativa por parte do interlocutor.

Bakhtin/Volochínov (2009, p.117, grifos dos autores) ressaltam que “*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação*”. Portanto, a teoria enunciativa estuda a relação do texto com os dados referenciais que estão fora dele.

Com a (s) teoria (s) da enunciação, passam a ter relevância o sujeito e sua posição na produção do sentido na/pela linguagem. *Para que* o sujeito enuncia, *para quem* enuncia são critérios que deram origem à construção de novos modos de analisar e interpretar as relações de sentido na constituição do texto, logo do próprio sujeito. (ALMEIDA, 2011, p. 116).

Nesse sentido, o texto não é escrito no vazio, há sempre um interlocutor real a quem o sujeito que o produz deseja atingir, pois o texto é sempre espaço de discussão, conflito e/ou identificação do sujeito em relação ao sentido. Nesse panorama, a língua não é somente um sistema de signos, uma vez que, no texto, como já mencionado, o sentido se faz presente porque alguém se coloca no lugar de produção e o encaminha a outro, em um tempo e espaço situados.

2.1 O discurso de outrem

Nessa pesquisa, a nossa proposta é de analisar o discurso de outrem na construção da argumentação em redações do ENEM 2014, procurando averiguar como os candidatos articulam as informações contidas nos textos motivadores e os conhecimentos e as experiências que eles acumulam durante a vida.

Desse modo, utilizamos da teoria do discurso, especificamente, o conceito do discurso de outrem, pois:

A transmissão e o exame dos discursos de outrem, das palavras de outrem, é um dos temas mais divulgados e essenciais da fala humana. Em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem, transmitidas com todos os graus variáveis de precisão e imparcialidade. (BAKHTIN, 2002, p. 138-139).

Com isso, o autor destaca que, em qualquer conversa e, em qualquer situação cotidiana, há transmissão e interpretação do discurso de outrem, porém esse discurso, incluído no contexto, sempre está sujeito à mudança de sentidos. Para Bakhtin (2009), todo discurso é dialógico e o sujeito inexistente fora da relação com o outro que se concretiza por meio da linguagem.

Bakhtin/Volochinov (2002) acentuam que “O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (p.144). O discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de outra pessoa. Então, como bem mencionam Bakhtin e seu Círculo, um enunciado é sempre marcado por outros, não há enunciados neutros. Assim, o sentido se constrói pela multiplicidade de vozes, pela polifonia, pelo dialogismo, elementos esses que compõem o discurso citado.

Brait (2005) acentua que a transmissão do discurso de outrem configura-se, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, um estudo do discurso não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa de vozes que circulam socialmente e se realizam nas interações entre os sujeitos. Assim, o discurso alheio trata-se de um mecanismo que não é apreendido através da consciência subjetiva do sujeito, e sim por meio da interação social estabelecida pelos interlocutores na sociedade.

Então, em um contexto social, o discurso concreto não é essencialmente novo, uma vez que contém marcas de outros discursos, assim, o contexto da interação social é

responsável pela escolha de elementos linguísticos da enunciação de outrem que seja socialmente pertinente.

O diálogo é a forma mais simples e clássica da comunicação discursiva. Bakhtin caracteriza as relações dialógicas como relações de sentido que se estabelecem entre enunciados ou mesmo no interior desses, mesmo que seja uma única palavra, mas que seja tomada como signo e se ouça nela a voz de outro alguém. Bakhtin/Volochinov (2002) afirmam que fora do contexto a palavra é uma verdadeira ficção. Mas, se tomada como signo, constitui uma força social imensa. As relações dialógicas só acontecem quando entram na esfera do discurso, transformam-se em enunciados, entendidos não como unidades da língua, mas como unidades da interação social, que possuem um sujeitoautor socialmente organizado.

Assim, como mostra Bakhtin e seu Círculo, existem diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. Toda transmissão tem um fim específico e sempre considera um interlocutor que reforça a influência das forças sociais sobre o modo de apreensão do discurso.

Nesse sentido, Bakhtin/Volochinov (2002, p. 147) afirmam:

A língua não é o reflexo das hesitações subjetivo-psicológicos, mas das relações sociais estáveis dos falantes. Conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto apresente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra.

Portanto, uma mesma enunciação, um mesmo discurso pode ganhar significados diferentes dependendo, por exemplo, do contexto e da época em que o falante se encontra. Para Bakhtin, a língua transcende as formas cristalizadas e antigas, configurando-se como um sistema evolutivo. Na transmissão do discurso de outrem, devem-se analisar as diferentes atitudes sociais frente aos diversos discursos e ver como elas se expressam nos modos de reportá-los.

Bakhtin (2003, p. 272) assegura que todo falante já é um respondente, pois:

[...] ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados).

Bakhtin nos mostra, portanto, que não há enunciados neutros, confirmando, assim, a sua teoria do discurso. Para ele, o discurso do falante é construído a partir do discurso de outrem de forma polêmica ou não. É o que veremos no capítulo de análise desse trabalho. Caso o ouvinte assumisse uma posição passiva diante de uma enunciação, não corresponderia ao participante real (o falante) da comunicação discursiva.

Barros (2005) mostra que dialogismo e polifonia são termos, muitas vezes, utilizados como sinônimos nos escritos de Bakhtin, porém a autora diferencia um termo do outro: dialogismo é princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso, já a polifonia caracteriza-se pelas diversas vozes que constituem um determinado enunciado.

Para Fiorin (2006, p. 19), o dialogismo se apresenta como “as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” e esses não existem fora das relações dialógicas. Segundo ele, há três conceitos de dialogismo. O primeiro refere-se ao modo de funcionamento real da linguagem. Os enunciados formam-se a partir de outros enunciados, estabelecendo uma interação com discursos passados e futuros. O segundo conceito refere-se ao do diálogo entre os discursos. Nesse sentido, o discurso não é de natureza individual, porque se constrói entre, pelo menos, dois interlocutores que são seres sociais e mantêm relações com outros discursos. O princípio geral do agir do sujeito é o terceiro conceito de dialogismo. O sujeito age em relação a outros sujeitos, o indivíduo constitui-se em relação a outros indivíduos.

Outro autor que também se debruçou nos escritos de Bakhtin foi Faraco (2003). Para ele, o discurso reportado é o fenômeno linguístico mais discutido nos textos de Bakhtin e Volochinov. Quanto a esse discurso, o autor assegura que “[...] reportar não é fundamentalmente reproduzir, repetir; é principalmente estabelecer uma relação ativa entre o discurso que reporta e o discurso reportado; uma interação dinâmica entre essas duas dimensões”. (FARACO, 2003 p.124).

Nesse sentido, o discurso reportado não se limita a meras citações, mas, pelo contrário, relaciona-se à apreensão do discurso de outrem, conforme já foi mencionado anteriormente. Entre o discurso citante e o discurso citado ou reportante e reportado, deve haver uma relação dialógica, uma vez que eles só se formam através dessa inter-relação e não de maneira isolada.

É interessante percebermos que os PCN “adotam” uma concepção de linguagem que se interliga à ideia de dialogismo defendida por Bakhtin e o Círculo. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto dialoga com outros textos, e isso nos remete ao fato de

Bakhtin assumir que um discurso é sempre construído com base em outros discursos. A respeito do uso da linguagem e do texto, os PCN asseguram que:

O espaço da Língua Portuguesa na escola é garantir o uso ético e estético da linguagem verbal, fazer compreender que pela e na linguagem é possível transformar/reiterar o social, o cultural, o social; aceitar a complexidade humana, o respeito pelas falas como parte das vozes possíveis e necessárias para o desenvolvimento humano, mesmo que, no jogo comunicativo, haja avanço/retrocessos próprios do uso da linguagem; enfim, fazer o aluno se compreender como um texto em diálogo constante com outros textos. (PCNs, 2000, p.22-23).

O trecho acima nos reporta pensar o papel da linguagem enquanto atividade capaz de transformar/reiterar o universo a nossa volta, ou seja, por meio da linguagem, temos acesso a participar de diferentes espaços sociais e neles expressarmos formas de comunicação. Pelo uso da linguagem pode-se criar e recriar interações e modos de comunicação.

A perspectiva dialógica também está ratificada nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2006, p.25), para os quais “os eventos de leitura se caracterizam como situações significativas de interação entre o aluno e os autores lidos, os discursos e as vozes que ali emergirem, viabilizando, assim, a possibilidade de múltiplas leituras e a construção de vários sentidos”. Com base nessa perspectiva, analisaremos como a argumentação se constitui dialogando com diversas áreas do conhecimento.

A linguagem é um processo em evolução permanente, determinado pela vida social. Os enunciados, que dela fazem parte, são um *continuum* no fluxo incessante da interação verbal; e a enunciação, como uma experiência social, dialógica e interativa, passa a ser o centro da interlocução.

2.2 Modos de transmissão do discurso de outrem (variantes do discurso direto e indireto)

Como vimos no tópico anterior, Bakhtin e o Círculo concebem a linguagem como um fenômeno puramente dialógico, por isso o tema do discurso de outrem é relevante em seus escritos, principalmente, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. Nela, Bakhtin/Volochinov apresentam duas orientações principais de transmissão do discurso citado. A primeira delas é chamada de discurso *linear*, que diz respeito à assimilação integral

do discurso alheio, mantendo-se, inclusive, a estrutura sintática, de modo que, no discurso citado, a autenticidade e a integridade do discurso são apreendidas de forma literal, são as citações do discurso de outrem.

A segunda orientação é o discurso *pictórico*, que é de natureza oposta ao primeiro. Nela estão presentes estilos mais sutis e versáteis que permitem ao autor demonstrar suas réplicas e seus comentários no discurso alheio. O discurso citante tenta desfazer a estrutura fechada e compacta do discurso citado.

Temos ainda uma terceira orientação em que o discurso citado é o que domina a organização do enunciado, porém, essa terceira orientação é mais comum em discursos literários e, por esse motivo, não será explorada.

No capítulo sobre “discurso indireto, discurso direto e suas variantes”, Bakthin/Volochinov (2002) discutem acerca dos modos de transmissão dos discursos de outrem na língua russa, demonstrando que essas formas de apropriação, não se tratam apenas de resgate dos discursos direto, indireto e indireto livre. Esses procedimentos linguístico-discursivos são apenas formas padronizadas para citar o discurso.

O discurso citado não envolve somente questões linguísticas, mas também, principalmente, questões dialógicas, como encontro de vozes, aspectos valorativos, juízos de valor, construções de sentido e entonações apreciativas, porém não se podem dissociar os aspectos estruturais da língua dos aspectos discursivos e enunciativos.

Para iniciar a análise dos modos de transmissão do discurso de outrem, Bakthin/Volochinov (2009) fazem uma crítica ao teórico formalista Pechkóvski que afirma ser estranho à língua russa o discurso indireto. Para ele, basta apenas transmitir uma estrutura do discurso direto para o discurso indireto ou vice-versa. No entanto, Bakthin/Volochinov (2009, p. 164) afirmam:

A transposição palavra por palavra, por procedimentos puramente gramaticais, de um esquema para outro sem fazer modificações estilísticas correspondentes, é nada a mais que um método escolar de exercícios gramaticais, pedagogicamente mau e inadmissível. Esse tipo de aplicação dos esquemas não tem nada a ver com sua utilização viva na língua. Os esquemas exprimem uma tendência à apreensão ativa do discurso de outrem.

Nesse sentido, na visão de Bakthin/Volochinov, não há possibilidade de transposição mecânica do discurso direto para o discurso indireto, pois o sujeito, ao utilizar o discurso

indireto, faz análise dessa enunciação, assim, o discurso indireto enuncia um conteúdo e não apenas as palavras literais do discurso de outrem.

Segundo os referidos autores, esses esquemas padronizados de transmissão do discurso de outrem apresentam variantes do discurso direto e indireto. A primeira variante do discurso indireto é chamada de *discurso indireto analisador do conteúdo*. De acordo com Bakthin/Volochinov (2002, p. 167, grifos dos autores), “A variante analisadora do conteúdo apreende a enunciação de outrem no *plano meramente temático e permanece* surda e indiferente a tudo que não tenha significação temática”. Essa variante abre grandes possibilidades para réplica, já que o discurso de outrem é reformulado pelo autor do discurso citante. “Graças a isso, ela constitui um instrumento perfeito de transmissão do discurso de outrem em estilo linear.” (BAKTHIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 167).

O discurso de outrem é apreendido no plano temático; a integridade e a autonomia da enunciação são preservadas primordialmente em termos semânticos, porém o autor do discurso citante revela, por meio de suas palavras, uma posição de forte conteúdo semântico. De acordo com os autores, essa variante é encontrada, sobretudo, nos contextos epistemológicos ou retóricos (de natureza científica, filosófica, política, etc.).

A segunda variante do discurso indireto é a analisadora da expressão. Vejamos o que afirmam Bakthin/Volochinov a esse respeito.

Ela integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade seu caráter típico são claramente percebidos. Na maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas. (BAKTHIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 168).

Essa variante permite ao autor conservar certos traços estruturais do discurso de outrem. As palavras e expressões de outrem, integradas no discurso indireto e percebidas na sua especificidade, sofrem um “estranhamento”, pois elas adquirem características do autor do discurso citante, como ironia, humor, etc., mas fica visível a presença do discurso alheio.

Ela se diferencia dos casos de discurso direto sem modificações, porque o discurso direto é preparado pelo discurso indireto e surge como se viesse de dentro dele. A variante *analisadora da expressão* “[...] cria efeitos pictóricos extremamente originais na transmissão do discurso citado”. (BAKTHIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 170). Além disso, contém um alto grau de individualismo da enunciação citada e, por exemplo, diferencia-se da *analisadora do*

conteúdo porque, nesta, a personalidade do falante é anunciada de maneira objetiva, enquanto que na variante *analisado da expressão*, essa individualidade é apresentada de maneira subjetiva.

Bakhtin/Volochinov chamam a atenção para o fato de que, na língua russa, há uma terceira variante do discurso indireto que é a *impressionista*, que “[...] é utilizada essencialmente para a transmissão do discurso interior, dos pensamentos e sentimentos da personagem”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 171).

Passemos, então, a tecer algumas considerações a respeito da problemática do discurso citado direto, que é bem elaborado na língua literária russa, e suas variantes. Contrariamente ao discurso indireto, o discurso direto não reformula um outro discurso, não emite um conteúdo, todavia mostra uma cadeia significativa.

A primeira variante é conhecida como *discurso direto preparado* que:

Caracteriza-se basicamente como tipo de discurso direto que emerge do indireto e, em alguns casos, do discurso indireto livre. Essa variante recebe este nome porque o conteúdo tematizado no discurso direto é antecipado pelo discurso narrativo, isto é, o autor colore com suas entonações o discurso que será citado. (FRANCELINO, 2007 p.126).

Nesse sentido, é o contexto narrativo que antecipa o discurso que caracteriza essa variante, os temas são adiantados e coloridos pelas entonações do autor, embora o discurso direto reproduza literalmente o discurso de outrem. Segundo Bakhtin/Volochinov (2009), a individualidade do falante não se cristaliza em uma imagem. O autor divide com o personagem (o herói) o que está sendo dito. Nesse sentido, a objetividade do contexto narrativo é enfraquecida.

A segunda variante é chamada de *discurso direto esvaziado* que apresenta uma semelhança com o discurso direto preparado, mas o *discurso direto esvaziado* mostra a inter-relação entre o discurso citado e o discurso citante, de modo que este pode antecipar o tema, valores e reflexões do discurso direto. Nas palavras de Bakhtin/Volochinov (2009, p. 173):

A preparação do discurso citado e a antecipação de seu tema e de seus valores e inflexões na narração pode de tal forma colorir o contexto narrativo com as tonalidades do herói que ele termina por assemelhar-se ao discurso citado, embora conservando as entonações próprias ao autor.

Sendo assim, o discurso direto tem o seu sentido antecipado pelo discurso citante. Portanto, é o autor que conduz o discurso citado. Há também outra variante chamada de *discurso citado antecipado e disseminado, oculto no contexto narrativo*. Essa variante é muito presente na prosa literária e nela existem dois discursos que se entrelaçam: o discurso do autor-narrador e o da personagem.

Por fim, têm-se o *discurso direto retórico* e o *discurso direto substituído*. O primeiro relaciona-se ao que é chamado de pergunta retórica ou exclamação retórica que podem ser interpretadas como uma pergunta ou exclamação por parte do autor, mas também da personagem, dirigida a si mesmo (a). De acordo com os autores, as perguntas e exclamações retóricas são importantes porque se situam, de alguma forma, na própria fronteira do discurso narrativo e do discurso citado (usualmente discurso interior) e entram muitas vezes diretamente em um outro discurso. Quanto ao *discurso direto substituído*, o autor toma a palavra no lugar do outro, e diz, no lugar dele, o que poderia ou deveria dizer.

Naturalmente, uma tal substituição supõe um *paralelismo de entonações*, correndo na mesma direção a entonação do discurso do autor e o discurso substituído do herói (o que ele poderia ou deveria pronunciar e do qual o autor se encarrega); por isso, não há nenhuma interferência nesse caso. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 178)

Quando ocorre esse fenômeno, as vozes, do autor e do herói, juntam-se e criam-se períodos que pertencem tanto à narrativa do autor quanto ao discurso do herói. Os referidos autores ressaltam que essa tomada de voz em nome do outro já está muito próximo do discurso indireto livre que nós não discutiremos nessa pesquisa.

Temos, a seguir, um quadro que expressa os modos de transmissão do discurso de outrem que discutimos até o momento.

Quadro 1: Variantes do discurso de outrem

Modos de transmissão do discurso de outrem	
Variantes do discurso indireto <ul style="list-style-type: none"> • Analisador do conteúdo; • Analisador da expressão; • Impressionista. 	Variantes do discurso direto <ul style="list-style-type: none"> • Discurso direto preparado; • Discurso direto esvaziado; • Discurso direto antecipado e disseminado;

	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso direto retórico; • Discurso direto substituído.
--	---

Fonte: Elaboração própria a partir de Bakhtin/Volochinov (2002).

Essas reflexões sobre os modos de transmissão do discurso de outrem são importantes para a nossa pesquisa porque, por meio deles, observamos como os sujeitos se apropriam de outros discursos e assumem uma posição valorativa. Veremos algumas variantes do discurso direto e indireto na análise, no terceiro capítulo.

2.3 O discurso bivocal na obra Problemas da Poética de Dostoiévski

Neste tópico, será apresentada a visão de Bakhtin na obra Problemas da Poética em Dostoiévski (1997) acerca do discurso, sobretudo a sua reflexão sobre o discurso bivocal, principal objeto que constitui a comunicação dialógica, utilizando-se da voz do outro.

Em Problemas da poética de Dostoiévski (1997), Bakhtin dedica-se a analisar a personagem dialógica dostoiévskiana, enfatizando que o discurso do autor sobre o herói é o discurso sobre o discurso. No capítulo “O discurso em Dostoiévski”, Bakhtin também (1997, p. 181) entende “[...] a língua em sua integridade concreta e viva e não como objeto específico da linguística”. O filósofo russo interessa-se em valorizar a metalinguagem, pois ela estuda os aspectos da vida do discurso que ultrapassam os limites da linguística. Porém, ressalta que tanto a linguística como a metalinguística estudam o fenômeno da língua, mas sob diferentes aspectos e distintos ângulos de visão. Bakhtin (1997) defende que as relações dialógicas são objeto de estudo da metalinguística, entretanto, seu objetivo não consiste em valorizá-la em detrimento da linguística; são abordagens distintas (que se completam) para se observar a linguagem.

Nessa obra, Bakhtin faz uma diferença entre monovocalidade, palavra na qual ouvimos somente a voz do autor, e bivocalidade, palavra que expressa simultaneamente intenções diferentes de dois locutores distintos. O referido autor ainda afirma que há fenômenos do discurso-arte que ultrapassam os limites da linguística, configurando, assim, como fenômenos metalinguísticos. Trata-se da estilização, da paródia, do *skaz* e do diálogo; todos têm um traço em comum: são voltados para o discurso do outro.

Desse modo, o filósofo russo traça uma distinção entre os tipos de discurso em uma narrativa. O primeiro deles é o *discurso referencial direto e imediato*, aquele que nomeia,

comunica, enuncia e representa, configurando-se como a palavra do autor e é orientado para o objeto.

O discurso referencial direto conhece apenas a si mesmo e a seu objeto, ao qual procura ser adequado ao máximo. Se neste caso ele imita alguém, aprende com alguém, isto não muda absolutamente a questão: são aqueles andaimes que não fazem parte do conjunto arquitetônico, embora sejam indispensáveis e levados em conta pelo construtor. (BAKHTIN, 1997, p.189)

O segundo tipo é o *discurso representado ou objetificado* que é o discurso da personagem; nas palavras de Bakhtin (1997, p.187), *é o discurso direto dos heróis*. (Grifos do autor). Esses dois tipos de discurso são monovocais, porém Bakhtin diferencia um do outro, conforme podemos ver a seguir:

O discurso da personagem é elaborado precisamente como o discurso do outro, como o discurso de uma personagem caracterológica ou tipicamente determinada, ou seja, é elaborado como objeto da intenção do autor e nunca do ponto de vista da própria orientação dessa personagem centrada no referente. O discurso do autor, ao contrário, é elaborado estilisticamente no sentido de sua significação diretamente referencial. Deve ser adequado ao seu objeto (cognitivo, poético, etc.) (BAKHTIN, 1997, p.187).

Nesse segundo tipo do discurso, é possível observar a enunciação do autor e a do herói, a qual é representada através do discurso direto. Entretanto, como já mencionamos anteriormente, esse tipo de discurso está subordinado à intenção do autor, não possuindo, assim, autonomia.

No entanto, a preocupação de Bakhtin é com as relações dialógicas que determinam as particularidades da construção da linguagem nas obras de Dostoiévski. Assim, o objeto principal de estudo é o discurso bivocal que “(...) surge inevitavelmente sob as condições da comunicação dialógica, ou seja, nas condições da vida autêntica da palavra”. (BAKHTIN, 1997, p. 184-185). Aqui se encontra o terceiro tipo de discurso: aquele em que as vozes que o constituem são equivalentes no que diz respeito ao seu valor significativo e, por isso, dialogam entre si, seja em concordância ou discordância.

A esse respeito, Bakhtin (1997, p. 189) acentua que “(...) esse discurso, conforme a tarefa, deve ser sentido como o de um outro. Em um só discurso ocorrem duas orientações semânticas, duas vozes. Assim é o discurso parodístico, assim é a estilização, assim é o *skaz* estilizado”. Estamos, agora, caracterizando o discurso *bivocal*.

Sobre a estilização, Bakhtin (1997, p. 189-190) afirma:

A estilização pressupõe o estilo, ou seja, pressupõe que o conjunto de procedimentos estilísticos que ela reproduz teve, em certa época, significação direta e imediata, exprimiu a última instância da significação. Só o discurso do primeiro tipo pode ser objeto da estilização. A ideia objetificada do outro (ideia artístico-objetiva) é colocada pela estilização a serviço dos seus fins, isto é, dos seus novos planos. O estilizador usa o discurso de um outro como o discurso de um outro e assim lança uma leve sombra objetificada sobre esse discurso.

Para o estilizador, o que importa é conjunto de procedimentos do discurso de outra pessoa, como expressão de um ponto de vista específico. A estilização, portanto, inspira-se no texto original, assim, o autor trabalha com o ponto de vista do outro, e o discurso (não-convencional), colocado pelo autor, é utilizado para novos fins, tornando-o convencional, ou seja, bivocal. Na estilização, as vozes se equivalem.

Bakhtin diferencia a estilização da imitação. Para ele, na primeira, ocorre a completa fusão das vozes e, se ouvimos outra voz, isso não entra pelo plano do imitador. Porém, saliente-se que a estilização pode tornar-se imitação e vice-versa. O que diferencia um do outro é a questão da convencionalidade. Nas palavras do autor:

Embora haja entre a estilização e a imitação um acentuado limite semântico, existe historicamente entre elas transições sumamente sutis e por vezes imperceptíveis. À medida que a seriedade do estilo declina sob o domínio dos imitadores-epígonos, os procedimentos do estilo se tornam cada vez mais convencionais e a imitação se converte em semi-estilização. Por outro lado, a estilização também pode tornar-se imitação caso o entusiasmo do estilizador pelo seu protótipo destrua a distância entre elas e debilite a perceptibilidade deliberada do estilo reproduzível enquanto estilo do outro. Foi precisamente à distância, pois, que criou a convencionalidade. (BAKHTIN, 1997, p.190).

Outro fator pertencente ao terceiro tipo de discurso (o bivocal) é o *skaz*, que é um tipo de narrativa literária em que o narrador não coincide com o autor e a sua fala é diferente da norma literária. Aqui o autor utiliza a maneira de falar do outro como ponto de vista, como posição de que este precisa para conduzir a narração. Vejamos.

O elemento do *skaz*, ou seja, da orientação para o discurso falado, é obrigatoriamente próprio de toda a narração. Mesmo sendo o narrador representado como escrevendo sua estória e dando-lhe um certo acabamento literário, seja como for não é profissional das letras, não possui um estilo

definido mas tão-somente uma determinada maneira social e individual de narrar que tende para o *skaz* verbal. Se, contudo, ele possui certo estilo literário, que é reproduzido pelo autor a partir da pessoa do narrador, então estamos diante da estilização e não da narração (a estilização pode ser introduzida e motivada de diversos modos). (BAKHTIN, 1997, p.191). (grifos do autor).

Entendemos, portanto, que Bakhtin utiliza o *skaz* como uma estilização ou como uma narração, porém, de acordo com o próprio autor, no *skaz*, a sombra objetificada que recai sobre o discurso do narrador é bem mais densa do que na estilização. O que importa, no *skaz*, é a maneira social do outro ver e transmitir o que viu.

Em Problemas da Poética de Dostoiévski, Bakhtin (1997, p. 192) afirma que o problema do *skaz* foi levantado pela primeira vez por Bóris Eikhenbaum que “(...) compreende o *skaz* exclusivamente como *orientação centrada na forma verbal da narrativa*, no discurso falado e nas respectivas particularidades linguísticas (entonação da fala, construção sintática do discurso falado, léxico correspondente, etc).” (Grifos do autor). Dessa maneira, ele não considera que essa orientação do discurso bivocal, é acima de tudo, centrada para o discurso de outrem e, conseqüentemente, para o discurso falado. Nas palavras do filósofo russo:

Parece-nos que, na maioria dos casos, o *skaz* é introduzido precisamente em função *da voz do outro*, voz socialmente determinada, portadora de uma série de pontos de vista e apreciações, precisamente as necessárias ao autor. Introduz-se, em suma, o narrador; o narrador propriamente dito não é um letrado, na maioria dos casos é um personagem pertencente a camadas sociais mais baixas, ao povo (precisamente o que importa ao autor) e traz consigo o discurso falado. (BAKHTIN, 1997, p.192) (Grifos do autor)

Logo, ver no *skaz* apenas o discurso falado é insuficiente, já que seu caráter principal é a bivocalidade, pela interseção de duas vozes e dois acentos. Outra orientação do discurso bivocal é *Icherzählung*, que consiste na narração em primeira pessoa e é análoga à narração do narrador, podendo aproximar-se e se fundir com o discurso direto do autor, ou seja, pode trabalhar com o discurso monovocal do primeiro tipo.

Em todas essas orientações, há um traço em comum: o autor inclui, no seu plano, o discurso do outro voltado para as suas (do autor) próprias intenções. Ou seja, mesmo incluindo o discurso do outro, o que prevalece é a intenção do autor. Bakhtin ainda diferencia a paródia da estilização. Em ambas, o autor fala a linguagem do outro. Porém, para ele, na paródia, é impossível a fusão de vozes, pois o discurso se converte em palco de luta entre duas

vozes; a segunda voz “(...) entra em hostilidade com o seu agente primitivo e obriga a servir a fins diametralmente opostos” (BAKHTIN, 1997, p. 194), diferente do que acontece na estilização, onde a fusão de vozes acontece.

Por fim, Bakhtin (1997) apresenta-nos a polêmica velada que constitui a última variedade do discurso bivocal. Ela se refere a um recurso no qual o autor mantém a palavra do outro fora dos limites do seu discurso, entretanto leva-o em conta e a ele se refere. Para Bakhtin, na polêmica velada, o discurso do autor é direcionado para o seu objeto, porém ele refuta o discurso do outro sem lidar diretamente com ele, deixando-o subentendido, em referência indireta. Assim, o discurso do autor se constrói de maneira a responder e atacar de modo polêmico o discurso do outro sobre o mesmo objeto. O choque entre os dois discursos incide sobre o objeto, todavia o discurso do outro não se mostra explicitamente, só indiretamente é referido. Semelhante à polêmica velada é a réplica de todo diálogo, todas as palavras da réplica reagem ao mesmo tempo à palavra do outro. Enquanto que:

Na estilização e na paródia, isto é, nas duas variantes precedentes ao terceiro tipo, o autor emprega as palavras propriamente ditas de outro para expressar as suas próprias ideias. Na terceira variedade, a palavra do outro permanece fora dos limites do discurso do autor, mas este discurso a leva em conta e a ela se refere. Aqui a palavra do outro não se reproduz sem nova interpretação, mas age, influi e de um modo ou de outro determina a palavra do autor, permanecendo ela mesma fora desta. Assim é a palavra na polêmica velada e, na maioria dos casos, na réplica dialógica. (BAKHTIN, 1997, p. 195-196).

Dessa forma, nessas duas orientações (estilização e paródia), o discurso do outro é utilizado pelo autor para expressar suas próprias ideias, já, na variante da polêmica velada, o discurso do outro é rebatido e o discurso polêmico manifesta-se em outros traços puramente linguísticos: na entonação e na construção sintática. Há ainda uma distinção entre a polêmica velada e a polêmica aberta, evidente:

A polêmica aberta está simplesmente orientada para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto. Já a polêmica velada está orientada para o objeto habitual, nomeando-o, representando-o, enunciando-o, e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com ele como que no próprio objeto. (BAKHTIN, 1997, p. 196).

Assim, na polêmica aberta, o discurso do outro influencia de dentro para fora o discurso do autor. Desse modo, o ataque recai sobre o discurso do outro de maneira direta e

explícita. Pode-se afirmar, portanto, que Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, define um quadro de classificação para as variedades de discurso bivocal.

Resumindo o que foi apresentado até agora, o primeiro estilo, que é o discurso bivocal de orientação única, abrange da estilização à *Icherzählung*. Entre as variantes desse estilo, há um traço em comum: o autor orienta a voz do outro em um mesmo plano discursivo para suas próprias intenções, havendo, portanto, concordância, demonstrando, assim que a fusão de vozes é possível. “Reduzindo-se o grau de concretude tendem para a fusão de vozes, isto é, para o discurso do primeiro tipo”. (BAKHTIN, 1997, p. 200).

O segundo estilo é chamado de discurso bivocal de orientação vária e pode ser visto nas diversas variedades parodísticas, por exemplo. Nesse estilo, há discordância, pois é possível identificar duas visões opostas sobre um mesmo objeto. “Havendo redução do grau de concretude e ativação da ideia do outro, tornam-se internamente dialógicas e tendem para a decomposição em dois discursos (duas vozes) do primeiro tipo”. (BAKHTIN, 1997, p. 200).

Por fim, tem-se um discurso do tipo ativo (discurso refletido do outro), apresentado “fora dos limites do discurso do autor” (BAKHTIN, 1997, p. 200), que vai da polêmica velada ao diálogo velado. Apesar de nele transparecer apenas uma voz, traz consigo uma “sombra” de outro discurso que influencia, mesmo que sutilmente, a formação de sentido de tal enunciado. Nesse estilo, “o discurso do outro influencia de fora; são possíveis formas sumamente variadas de inter-relação com a palavra do outro e variados graus de sua influencia deformante” (BAKHTIN, 1997, p. 200).

Como vimos, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, o filósofo russo Bakhtin propõe a criação da metalinguística, que teria por objeto principal as relações dialógicas. Além disso, faz uma análise dos tipos de discurso e apresenta uma classificação a respeito do discurso bivocal, em cujas variantes nos apropriaremos para efeito de análise do *corpus* desta pesquisa.

3. A PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM E OS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) tem como objetivo promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. Conforme define o próprio instituto, sua função é de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, assim como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.⁴

Segundo os dados do INEP⁵, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu, em 1998, com o intuito apenas de avaliar o desempenho dos estudantes ao término da educação básica. A princípio, o Exame era facultativo e pago. Segundo Marcuschi (2006, p. 59):

A partir de 2001, com ações políticas de convencimento junto às universidades e faculdades e com a adoção da gratuidade para os alunos de escola pública, o MEC consegue praticamente impor o ENEM como uma alternância total ou parcial ao exame de ingresso no ensino superior, mesmo sem ter essa perspectiva como objeto inicial declarado.

Com isso, o ENEM ganhou mais visibilidade. Em 2009, houve mudanças nesse Exame que passou, então, a ser usado também como critério de seleção e ingresso no Ensino Superior. Em seguida, foi instituído o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que unificou o processo de seleção em todas as universidades públicas do Brasil. As faculdades particulares também podem utilizar a nota do Enem como critério de seleção, pois há programas do Governo Federal, como a Universidade Para Todos (PROUNI), que permite ao aluno ingressar nessas instituições particulares com bolsa de estudo. Nesse sentido, a nota do ENEM também serve para adquirir o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Segundo o item 8 do edital do ENEM 2014, a prova foi realizada em dois dias:

8.4 No primeiro dia de aplicação do Exame, serão realizadas as provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias e de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com duração de 4 horas e 30 minutos, contadas a partir da autorização do aplicador para início das provas.

⁴ <http://portal.inep.gov.br/web/aceso-a-informacao>

⁵ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>. Acesso: 10 de abril de 2016.

8.5 No segundo dia de aplicação do Exame serão realizadas as provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Matemática e suas Tecnologias, com duração de 5 horas e 30 minutos, contadas a partir da autorização do aplicador para início das provas. (MEC/INEP, 2014, p. 12).

No que se refere à redação, conforme o Edital nº 12, de 08 de maio de 2014, do ENEM 2014, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP:

[...] a proposta da Redação do Enem é elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir de uma situação problema e de subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social ou cultural, produzindo um texto dissertativo-argumentativo em prosa. (MEC/INEP, 2014, Anexo IV, p. 1).

A orientação é que se redija um texto com, no mínimo, sete e, no máximo, trinta linhas a respeito de um tema de ordem política, social ou cultural indicado na proposta de intervenção. Um dos quesitos bastante importante, nas redações do ENEM, é o poder de argumentação desenvolvido pelo sujeito, pois, para que haja uma argumentação consistente, os alunos precisam ter conhecimento a respeito de aspectos culturais, históricos e sociais. Correções referentes à obediência da norma culta também são cobradas, mas a preocupação do ENEM não se centra unicamente em retificar questões normativas da língua. Vale destacar que não estamos valorizando determinadas competências em detrimento de outras, focamos em três delas (a II, III e IV) porque elas fazem parte da análise do nosso objeto de estudo.

Em busca de garantir a compatibilidade constante dos critérios estabelecidos para a correção, as redações são avaliadas por, no mínimo, dois corretores (professores) que são acompanhados por um supervisor. Essas correções são feitas on-line, e cada corretor possui um *login* e uma senha para ter acesso ao texto digitalizado do candidato. Segundo Andrade e Rabelo (2007, p.14), “Até 2005, a correção de redações do ENEM concentrou-se no eixo Rio – São Paulo”.

3.1 A proposta de redação de 2014: avaliando as condições de produção de textos dos candidatos

A proposta de redação, no ano de 2014, consistia na elaboração de um texto sobre o tema *Publicidade infantil em questão no Brasil*. Na prova, havia três textos motivadores – que deveriam servir de orientação para os alunos. A partir deles, os candidatos podem ter novas ideias para construir o seu próprio texto. Porém, para atingir uma boa nota, conforme o comando da proposta, os produtores dos textos necessitam extrapolar os limites desses textos motivadores e demonstrarem um repertório sociocultural produtivo, ou seja, seu próprio conhecimento de mundo.

Vejamos a figura a seguir que se refere à proposta de redação do ENEM 2014.

Figura 1 - Proposta de Redação




PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Seleccione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013
Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

Como já foi mencionado anteriormente, a proposta de redação do ano de 2014 teve como tema *A publicidade infantil em questão no Brasil*. Esse tema enfatizou uma realidade especificamente brasileira que está desencadeada pela locução adverbial “no Brasil”, que expressa circunstância de lugar. A temática referente à produção textual sempre gera muitas expectativas nos participantes. Escolas e cursinhos até tentam prever o tema que será proposto, pois sempre se trata de um assunto vigente na sociedade.

Como podemos observar na figura que corresponde à proposta, o primeiro texto retrata a questão da proibição da publicidade infantil. Para isso, é mencionado que, em 2014, houve uma resolução que considera abusiva esse tipo de publicidade. O adjetivo “abusiva” qualifica negativamente a publicidade dirigida às crianças, já que, segundo o dicionário Aurélio (2011, p. 40), “abusivo” significa algo em que há abuso e este tem o sentido de “mau uso, ou uso errado, indevido, excessivo ou injusto”. Essa resolução foi expedida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e gerou conflitos entre aqueles que são a favor da continuidade da publicidade infantil e os que são contra ela.

Foi considerada abusiva a propaganda que tivesse o intuito de convencer as crianças a consumirem qualquer produto ou serviço e que utilizasse estratégia de *marketing* que tivesse apelo às crianças. Ainda no texto I, é mencionado que há dúvidas a respeito do modo como será a aplicação prática dessa resolução que é criticada pelos propagandistas, pois, para eles, a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já é suficiente para controlar e evitar abusos.

O segundo texto motivador trazia um infográfico com o título *A publicidade para crianças no mundo*. Nele, há informações referentes à aceitação ou não da propaganda em diferentes países. Na Irlanda, Dinamarca, Bélgica, Coreia do Sul, Suécia, Itália, no Reino Unido e no Chile há proibição parcial da publicidade, *comerciais são proibidos em certos horários ou para determinadas faixas etárias*. Entre esses países, em dois deles — Reino Unido e Suécia — *personagens famosos e personagens de desenhos não podem aparecer em anúncios de alimentos infantis*. Nos Estados Unidos, no Brasil e na Austrália existe uma autorregulamentação, *mas não há leis nacionais, o setor cria normas e faz acordos com o governo*. Contrariamente, em Québec (Canadá) e na Noruega, *não é permitido nenhum tipo de publicidade para criança*. Já, na França e no Chile, há uma alerta, *mensagens recomendam consumo moderado e alimentação saudável*. Verificamos, portanto, que esse infográfico

mostrou um panorama referente à postura adotada por alguns países quanto à propaganda infantil.

Quanto à linguagem não verbal do infográfico, especificamente os símbolos usados para retratarem a situação quanto à circulação da publicidade no mundo, fizemos uma representação, no quadro que segue, do que eles significam, dado que eles estão postos visivelmente na figura 1 e, na análise das produções, essa informação é relevante.

QUADRO 2: Análise dos símbolos referentes ao texto II da proposta de redação

	AUTORREGULAMENTAÇÃO: as duas mãos dadas simboliza o acordo que o setor empresarial faz com o governo.
	ALERTA: foi utilizada a imagem prototípica de alerta para advertir quanto à alimentação saudável e ao consumo moderado.
	PROIBIÇÃO PARCIAL: a mão parcialmente fechada ou aberta demonstra que a circulação da publicidade só pode ocorrer de forma regulada.
	PERSONAGENS: o emblema do Mickey (personagem do desenho animado que se transformou em símbolo da The Walt Disney Company) refere-se ao fato de os personagens infantis famosos não poderem aparecer nas propagandas.
	PROIBIDO: a mão completamente aberta nos remete à palavra inglesa “stop” que equivale, na língua portuguesa, ao ato ou efeito de parar. Isso é, exige uma parada obrigatória.

Fonte: elaboração própria a partir da proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2014.

O terceiro texto da proposta ressaltou a importância de preparar as crianças para absorverem as informações do mundo exterior, de modo que elas percebam o que está por trás dos produtos, tornando-se, assim, consumidores conscientes no futuro. Logo, o texto afirma que as crianças precisam de informações para se proteger dos apelos do *marketing* infantil. Nesse sentido, o que se deseja é criar um senso crítico nelas desde a fase infantil, inclusive para que elas possam dar respostas como cidadãos conscientes.

Observando a referência dos dois primeiros textos, constatamos que o texto I foi extraído do site da BBC no dia 23 de maio de 2014; o texto com o infográfico foi retirado da página do jornal Folha de São Paulo de 24 de junho de 2014 e o texto III foi adaptado e extraído do livro *A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil*, das autoras Silva e Vasconcelos (2012).

Em se tratando da linguagem dos textos, podemos notar que está escrita de acordo com a norma-padrão do nosso idioma e se configura como acessível ao público alvo que será atingido; é uma linguagem simples, de fácil entendimento. É válido ressaltar que o modelo de prova do ENEM não se configura como um dos mais livres, pois a própria proposta condiciona os sujeitos a defenderem uma determinada opinião, já que as vozes que constroem a proposta indiciam uma tomada de posição.

A partir dos textos motivadores, a proposta encaminha para duas possibilidades: é preciso que haja um marco regulatório da publicidade, e/ou as crianças precisam ser preparadas para reagirem diante desse universo de consumo. Porém, nenhum desses condicionamentos implica retirar de vez a publicidade infantil.

Diante disso, constata-se que, além dos textos de apoio da prova, os sujeitos também devem dialogar com diversos outros textos e temas afins na busca de construir uma argumentação consistente sobre o tema abordado. Como explicitado, notamos que a proposta já aponta para uma concepção em que o sujeito é constitutivamente dialógico e, assim, percebe-se, que seu mundo interior é formado por diferentes vozes, e o mundo exterior nunca está acabado ou fechado, mas sempre em constantes mudanças. No tópico a seguir, veremos como as redações do ENEM são avaliadas.

As redações são avaliadas com base em cinco competências. Nas competências I, II, III, IV e VI, há cinco níveis de avaliação que, no geral, totalizam 200 pontos. Diferentemente das outras, na competência II, existem apenas quatro níveis, porém a soma de todos eles também resulta em 200 pontos. As cinco competências exigem dos sujeitos-enunciadores, habilidades como,

- I- Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
- II- Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- III- Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- IV- Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- V- Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. (MEC/INEP, 2014, Anexo IV, p. 1-3).

A citação acima explicita o que é cobrado em cada uma das competências avaliativas da redação. Conforme já citada, a competência I refere-se à norma-padrão do nosso idioma; a II trata-se da compreensão da proposta, bem como da aplicação dos conceitos e

conhecimentos diversos relacionados ao tema. Assim como a II, a competência III diz respeito à estruturação dos argumentos em defesa do ponto de vista. Para atingir o nível máximo da competência IV, o enunciador necessita saber interligar as partes do texto de forma coerente e coesa e a V é referente à proposta de intervenção que deve ser apresentada para o problema em questão. Entre elas, nossa análise será pautada especificamente nas competências II, III e IV, pois é através delas que se analisa o teor argumentativo do texto. Com isso, não queremos valorizar umas em detrimento de outras, mas, como a nossa pesquisa está centrada na análise do discurso de outrem presente na argumentação, julgamos, como essencial, focarmos nas competências já citadas.

Ao analisarmos o comando da proposta de redação, percebemos que nele as cinco competências são retomadas e explicitadas para os candidatos. Vejamos, então, o fragmento dessa proposta e, logo em seguida, o esquema que corresponde à segmentação dela, relacionando-a às competências de I a V.

Figura 2 Fragmento da proposta de redação



Fonte:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2014/CAD_ENEM_2014_DIA_2_05_AMARELO.pdf.

Vejamos, agora, o seguinte esquema:

QUADRO 3: Associação do comando da proposta com as competências exigidas para a correção das redações

A partir da retomada dos textos motivadores seguintes e com base nos seus conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo.	—————>	COMPETÊNCIA II
Em norma padrão da língua portuguesa.	—————>	COMPETÊNCIA I
Sobre o tema Publicidade infantil em questão no Brasil	—————>	COMPETÊNCIA II
Apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos.	—————>	COMPETÊNCIA V
Selecione, organize e relacione (...) argumentos e fatos para a defesa do seu ponto de vista.	—————>	COMPETÊNCIA III
De forma coerente e coesa.	—————>	COMPETÊNCIA IV

Fonte: elaboração própria com base no comando da proposta de redação e nas competências formuladas pelo MEC (MEC/INEP, 2014).

Como já foi mencionado, em cada competência, há 5 (cinco) níveis de avaliação que variam de 0 a 5. O nível zero vale 0 pontos, do primeiro nível ao quinto, cada um vale 40 pontos, exceto na II, em que não existe o nível 0 (ver a matriz em anexo). Conforme visto na citação, essa competência II exige a compreensão da proposta, se o sujeito não a compreende, logo ele fugirá ao tema, então, a redação obterá nota zero. Por isso, não existe o nível 0 nessa competência.

É aceitável, entretanto, o tangenciamento ao tema, ou seja, a redação pode apresentar uma abordagem da temática de forma parcial, estando dentro apenas do assunto, nesse caso, o sujeito atingirá o nível 1 de avaliação na competência II. Obtém esse nível também, aquele que demonstrar domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, não havendo defesa de um ponto de vista nem uma explicação para justificá-lo.

De acordo com o Guia de Participante ENEM 2013⁶, a competência II,

[...] exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou tese. É mais do que uma simples exposição de ideias. Nessa redação, o participante deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo. (BRASIL, 2013, p.13)

⁶ Foi utilizado o Guia de Participante Enem 2013 porque, até o presente ano, não foi elaborada uma nova proposta de correção. Desde 2013, o modelo de correção permanece o mesmo.

Assim, é necessário que o candidato desenvolva seu texto, em defesa de um ponto de vista, baseado no tema solicitado pela proposta de Redação. Além disso, é preciso se adequar ao tipo de texto requisitado, no caso do ENEM, o dissertativo-argumentativo. Se o sujeito não desenvolver o tema nem o assunto proposto nem se ativer ao gênero proposto, que são outros tipos de texto, ele obterá nota zero. A orientação, portanto, é de produzir um texto dissertativo-argumentativo que:

[...] é organizado na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la. (BRASIL, 2013, p. 15-16)

O Guia do Participante defende que o texto é dissertativo porque expõe ideias, defende uma tese, uma opinião; e, argumentativo porque explica as ideias com o propósito de justificar o ponto de vista adotado. O objetivo do sujeito-enunciador deve ser o de convencer o leitor sobre a opinião que será defendida no interior texto.

Como, em 2014, a temática era *Publicidade infantil em questão no Brasil*, foi considerado tangenciamento ao tema, por exemplo, a redação que tratasse sobre o trabalho infantil, sem falar em publicidade, bem como aquela que discutisse somente sobre a publicidade de uma forma geral, sem evidenciar a questão infantil no Brasil. Como afirmamos, essas exigências de adequação ao tema e ao tipo textual são cobradas na competência II. Por isso, para um maior esclarecimento, vejamos o quadro que abaixo apresenta os níveis, em ordem decrescente, que são utilizados como critérios de avaliação nessa competência.

QUADRO 4: Níveis de correção das redações na competência II

200 pontos:	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos:	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.

80 pontos:	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos:	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto:	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa.

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf. Acesso em 20/07/2016.

Observa-se que, nos níveis que equivalem a 120, 160 e 200 pontos, é cobrado que o sujeito obedeça à estrutura prototípica do texto argumentativo. Nesse sentido, o texto deve apresentar uma proposição – premissa ou constatação de partida –, argumentação – apresentação de argumentos que direcionam para o desfecho – e conclusão – uma nova tese que deve ser elaborada com base nas premissas. O desempenho máximo – a obtenção de 200 pontos – é atribuído quando o candidato, além de argumentar consistentemente sobre o tema através de um repertório sociocultural produtivo, também domina todas essas etapas do texto dissertativo-argumentativo.

No nível 0, enquadra-se aquele texto que foge ao tema, não atendendo à estrutura dissertativo-argumentativa. Muitos apresentam dificuldade quanto ao tipo textual solicitado na proposta. As autoras Nobre e Rodrigues (2007) fizeram uma análise com base em redação de 2006 e constataram nos textos:

[...] a não obediência à estrutura da dissertação e/ou argumentação (introdução, desenvolvimento e conclusão); problemas na estruturação e no desenvolvimento de parágrafos; falta de objetividade e clareza na exposição de ideias; argumentação fraca, já evidenciada nos excertos antes transcritos. (NOBRE e RODRIGUES, 2007, p. 137)⁷.

Como já foi acentuado anteriormente, na análise da proposta de redação, para construir a argumentação, o ENEM disponibiliza textos motivadores que tratam da temática referente à proposta de Redação. Eles servem de apoio para a reflexão do texto que será dissertado, no entanto, não devem ser copiados. Esses textos ajudam os candidatos a selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações dadas na prova e associá-las às outras previamente conhecidas por eles. Logo, a argumentação é constituída a partir das enunciações e pontos de vista do falante, bem como de enunciação de outrem que serão recuperadas na situação de

⁷ Na análise dos dados dessa pesquisa, não há nenhum caso de fuga ao tema ou de redações com argumentação fraca, já que os textos coletados são todos de candidatos que atingiram nota mil.

produção. Julgamos necessário retomar essa discussão, porque é justamente a competência II que permite a apropriação dos textos motivadores por parte dos sujeitos.

Viana (2015), ao tratar das funções que exercem os textos motivadores, mostra que “[...] Uma das funções desses textos é despertar ideias para o desenvolvimento do tema. Outra, não menos importante, é ajudar a manter o foco temático (o desrespeito ao foco é um dos problemas mais graves na produção textual).” Para a organização do texto dissertativo-argumentativo no ENEM, é necessário atender às seguintes exigências da competência III:

- apresentação clara da tese e seleção dos argumentos que a sustentam; *f*
- encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações novas, coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos;
- congruência entre as informações do texto e a realidade; e *f*
- precisão vocabular. (A redação no Enem 2013. Guia do Participante. p.18).

Nota-se, portanto, que, implicitamente, essa competência reflete a concepção de que o texto é, portanto, um espaço de discussão, contradição, conflito e/ou identificação do sujeito em relação ao sentido. Escrever não é apenas codificar palavras e frases, mas relacionar ideias aos diversos discursos que circulam socialmente, já que a escrita se caracteriza como um ato social. Desse modo, o enunciado não é indiferente aos outros com os quais interage na cadeia comunicativa. É essa dialogicidade de vozes que analisaremos em nossa pesquisa, do ponto de vista teórico a que se alia essa proposta, ou seja, com base na teoria bakhtiniana.

Em 2007, avaliadores da Paraíba, como Alvanira Lúcia de Barros, Ana Elizabeth Lira da C. Pereira, Eliane Ferraz Alves, Marineuma de O. C. Cavalcanti e a supervisora Rejane Viana do Nascimento elaboraram um artigo referente a algumas correções de Redações do ENEM 2006 cujo tema era “O poder de transformação da leitura”. No que concerne aos textos motivadores, as autoras destacam:

[...] os textos motivadores são para “influenciar”, para facilitar a geração de ideias dos alunos, mas não da maneira como esse processo de influência ocorre. Em muitos textos analisados, a forma como os examinados utilizam os textos motivadores – o texto deveria funcionar como recurso mnemônico, como suporte para as ideias a serem desenvolvidas pelos produtores de textos – não é adequada. Analisando-se tal resultado, pôde-se chegar à conclusão de que esta, talvez, não seja uma questão tão grave assim, afinal, todo texto é construído a partir do outro. O problema é que as marcas linguísticas dão pistas ao examinador, ora uma influência positiva, ora uma influência negativa. Esta última afeta, significativamente, o processo de avaliação do texto em sua totalidade. (BARROS et al, 2007, p. 150).

Os textos de apoio também se configuram como um discurso do outro, pois, a partir do momento que se fazem presentes nas produções dos sujeitos, já não é mais a voz deles que fala, e sim uma voz alheia que é usada como estratégia discursiva. Isso corrobora com a concepção dialógica da linguagem defendida por Bakhtin e o Círculo, e esse entrecruzamento de vozes é percebido por meio do princípio da polifonia que se caracteriza pelas diversas vozes que constituem um determinado discurso, conforme apresentado antes.

Quanto ao teor argumentativo, é importante acentuar que, no ano de 2006, foi solicitado que os sujeitos redigissem um texto dissertativo; a partir de 2007, passou-se a cobrar uma produção do texto de caráter dissertativo-argumentativo. Vejamos, a título de exemplo, os fragmentos das propostas de redações dos anos de 2006 e 2007 respectivamente.

Figura 3 – Fragmento 1 da proposta de redação

<p>Considerando que os textos acima têm caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:</p> <p style="text-align: center;">O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DA LEITURA.</p> <hr/> <p>Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.</p> <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa. ➤ O texto não deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração. ➤ O texto deve ter, no mínimo, 15 (quinze) linhas escritas. ➤ A redação deve ser desenvolvida na folha própria e apresentada a tinta. ➤ O rascunho pode ser feito na última página deste Caderno.
<p>ENEM 2006 PROVA 1 — AMARELA — PÁGINA 1 ENEM 2006</p>

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2006/2006_amarela.pdf Acesso em: 01 de julho de 2016.

Figura 4 - Fragmento 2 da proposta de redação

Todos reconhecem a riqueza da diversidade no planeta. Mil aromas, cores, sabores, texturas, sons encantam as pessoas no mundo todo; nem todas, entretanto, conseguem conviver com as diferenças individuais e culturais. Nesse sentido, ser diferente já não parece tão encantador. Considerando a figura e os textos acima como motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema.

O desafio de se conviver com a diferença

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.

Observações:

- Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O rascunho pode ser feito na última página deste Caderno.
- A redação deve ser passada a limpo na folha própria e escrita a tinta.

ENEM 2007 PROVA 1 — AMARELA — PÁGINA 1 ENEM 2007

Fonte: http://download.uol.com.br/vestibular/provas/2007/enem_2007_amarela.pdf Acesso em: 01 de julho de 2016.

Percebe-se que, na proposta de 2006, embora o comando não explicitasse a questão da argumentação, pedia-se ao aluno: “selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista de suas propostas (...)”. Dessa maneira, há, portanto, a junção do dissertativo com o argumentativo. Segundo Nobre e Rodrigues (2007), são poucos os autores que distinguem um texto do outro, pois ambos apresentam a mesma estrutura: tese, desenvolvimento e conclusão.

Admitindo-se a necessidade de tal distinção, caracteriza-se a dissertação por mera exposição de ideias acerca de determinado assunto e a argumentação como tentativa de persuasão do leitor por parte do autor. Assim, o que diferencia os dois tipos de redação é a intenção de cada um, já que a estrutura dissertativa baseia-se também em introdução, desenvolvimento e conclusão. (NOBRE e RODRIGUES, 2007, p. 136).

No texto dissertativo-argumentativo também é preciso que o sujeito use exemplos para fortalecer a argumentação, mas esse texto (dissertativo-argumentativo) se distingue do puramente dissertativo pelo forte apelo persuasivo. O produtor do texto deverá detalhar um ponto de vista sobre determinado assunto, pois esse tipo de redação visa convencer ou persuadir o leitor acerca de um ponto de vista. Assim, deve haver uma relevância dos argumentos no debate em curso.

A competência III também avalia a argumentação no texto. É nela que se requer a autoria do sujeito – de forma consistente e organizada – em defesa de um ponto de vista. Sobre a questão de autoria nas redações do ENEM, LUNA et al., 2007 ressaltam:

O texto escrito funciona como um espaço que possibilita a interação entre os sujeitos. Nele emerge diferentes vozes: aquelas que embasam o discurso, as que provêm do destinatário – e aí reside o cerne da dialogização bakhtiniana – e a voz do próprio autor. Trazendo a questão para as redações que são objeto de nosso trabalho, esse processo é desencadeado na interpretação que o candidato precisa fazer da proposta de redação. Ao fazê-lo, ele procura atender a uma expectativa que está relacionada à especificidade daquela situação comunicativa: fazer com que a sua produção escrita seja adequada.

Observemos, então, o quadro dos níveis (em ordem decrescente) avaliados nessa competência.

QUADRO 5: Níveis de correção das redações cobrados na competência III

200 pontos:	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos:	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos:	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos:	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto:	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf. Acesso em 20/07/2016.

Essa competência está relacionada à capacidade de compreensão do tema e ao repertório sociocultural do sujeito. Podemos afirmar que se trata de compreender o discurso como processo dinâmico de retomadas e modificações, como afirma a teoria enunciativa-discursiva. Tudo que será escrito na Redação do ENEM precisa estar fundamentado em algo verdadeiramente comprovado e real. O sujeito pode usar dados estatísticos, fazer analogias, usar metáforas (comparações), citações, etc. É preciso também que haja uma ordem lógica

entre as partes do texto, um encadeamento de ideias: cada parágrafo deve apresentar informações novas, coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições e sem fugir da temática.

São atribuídos 200 pontos ao sujeito que apresenta dados e informações totalmente relacionados ao tema proposto de forma organizada e consistente em defesa de um ponto de vista. É importante lembramos que todas as redações que serão analisadas, no capítulo seguinte, receberam nota máxima.

Consideramos essencial também, para a nossa análise, os aspectos presentes na competência IV, porque, por meio dela, são avaliados os mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; são analisadas, portanto, a estrutura lógica e formal entre as partes do texto. A ligação entre os parágrafos deve formar um todo coerente e coeso.

A respeito do discurso argumentativo e dos critérios linguísticos, Abreu (2007, p. 80) afirma:

A natureza do discurso argumentativo é de intervir nas opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor específico ou de um auditório, havendo, assim, credibilidade do produtor e do enunciado que está apoiado em dados, razões, argumentos. Entretanto, este discurso argumentativo não se prende tão somente à estrutura específica (prototípica), mas também às escolhas linguísticas que o falante faz, como por exemplo, as escolhas lexicais, a combinação deste léxico no eixo sintagmático, as marcas de referenciação do texto, propiciando a coesão interparágrafos e interparágrafos.

Logo, os elementos coesivos que o sujeito utiliza tornam-se objetos do discurso, de modo que a forma de designar algo ou retomar um referente não se constituirá de forma vazia e aleatória. Assim, a maneira como esses elementos estão dispostos são de fundamental importância para a construção e organização do texto argumentativo. Nesse sentido, o sujeito, para construir a argumentatividade, precisa não somente escolher as informações que serão utilizadas, mas também necessita elaborar uma técnica para a apresentação “(...) levando-se em consideração o leitor do texto, o que revela como fundamental a relação produtor, texto, leitor”. (ABREU, 2007, p. 81).

O encadeamento textual, de acordo com o Guia do Participante Enem 2013, refere-se a:

- **Estruturação dos parágrafos** – um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por

comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro.

- **Estruturação dos períodos** – pela própria especificidade do texto dissertativo-argumentativo, os períodos do texto são, normalmente, estruturados de modo complexo, formados por duas ou mais orações, para que se possa expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras.

- **Referenciação** – as referências a pessoas, coisas, lugares e fatos são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser expresso por pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, uso de expressões resumitivas, expressões metafóricas ou expressões metadiscursivas. (o Guia do Participante Enem 2013, p.20).

Para obter a nota máxima, é fundamental que a estruturação dos parágrafos, a estruturação dos períodos e a referenciação sejam bem construídos na redação. Podemos notar que, do ponto de vista da argumentação, as competências II, III e IV estão relacionadas entre si. Vejamos o quadro que traz os critérios exigidos na competência IV:

QUADRO 6: Níveis de correção das redações cobrados na competência III

200 pontos:	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos:	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos:	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos:	Articula as partes do texto de forma precária.
0 ponto:	Ausência de marcas de articulação, resultando em fragmentação das ideias.

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf. Acesso em 20/07/2016.

No livro “A produção de texto no ENEM: desafios e conquistas”, ao qual já nos referimos, há uma coletânea de artigos sobre a produção textual resultante do ENEM 2006. São artigos elaborados por participantes do processo de correção dos textos. Portela, Silva e Facundes (2007), corretores de texto do estado do Piauí, compuseram um artigo no qual

analisaram, com base nas correções feitas durante a 9ª edição do ENEM, três dificuldades encontradas nos textos dos alunos: a ausência de autoria, o mau uso dos recursos de coesão e coerência e o não reconhecimento das noções de gênero e tipo textual. Chamamos atenção para o segundo quesito:

(...) muitos textos mostraram uma tentativa bastante significativa, recursos de comparação entre duas realidades: a de quem lê, adquirindo sucesso, e a de quem não lê, fadado ao fracasso. Essa estratégia buscava manter o leitor preso ao texto. Outros textos apresentavam muitos problemas no encadeamento dos argumentos, tanto no que se refere às relações semânticas entre os enunciados, quanto às relações entre estas e o contexto. É exatamente neste ponto que ocorre um dos problemas cruciais para o aluno que desqualifica a sua produção, uma vez que não consegue desenvolver os argumentos que seleciona. (PORTELA, SILVA E FACUNDES, 2007, p. 232).

Esses critérios exigidos nessas três competências são, indubitavelmente, difíceis de serem contemplados, uma vez que exige, sobretudo, muita leitura e conhecimento de mundo dos sujeitos. O Enem considera, entre outros quesitos, uma argumentação consiste aquela construída com base no conhecimento sociocultural dos sujeitos.

No capítulo seguinte, analisaremos quatro redações, consideradas excelentes nesse critério, visto que obtiveram nota mil, para demonstrar os modos de apropriação do discurso do outro que são feitos para se construírem estratégias argumentativas usadas pelos sujeitos-enunciadores que assumirão um posicionamento quanto ao tema no ENEM 2014.

4. O DISCURSO DE OUTREM EM REDAÇÕES DO ENEM 2014

Neste capítulo, realizaremos a análise das redações escolhidas para essa pesquisa, visando responder à questão levantada anteriormente, isto é, como os sujeitos se apropriam do discurso alheio para a construção da argumentação consistente em redações do ENEM em 2014. Nesse sentido, buscaremos investigar como eles utilizam os textos de apoio para constituírem o discurso argumentativo e como defendem um ponto de vista, articulando o tema abordado com as informações dadas nos textos motivadores, os seus conhecimentos de mundo e as experiências que acumulam durante a vida.

Inicialmente, é necessário mencionar que os textos analisados foram produzidos por diferentes sujeitos, em uma mesma situação comunicativa: a execução de uma prova que possibilita a entrada dos sujeitos em universidades e/ou faculdades brasileiras. A situação em que o enunciador se encontrava era bastante importante e, ao mesmo tempo, tensa; além da redação, ele ainda precisava resolver questões referentes às áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias. De acordo com o próprio sistema de avaliação do Exame, um dos objetivos da redação é colocar o sujeito produtor do texto na condição de cidadão, um momento em que ele possa propor soluções para os problemas enfrentados no Brasil naquele período, posicionando-se criticamente acerca da realidade na qual está inserido.

Essa explicação inicial é importante porque o discurso só pode ser entendido se contemplarmos, além do texto, quem usa a língua, a quem se dirige, ou seja, quem são os interlocutores e suas relações, ambiente (institucional, familiar) etc., em que contexto é usada, momento e local. Na perspectiva de Bakhtin e o Círculo, o discurso envolve enunciações, e a língua é mobilizada pelos interlocutores para realizar seus propósitos enunciativos.

É significativo também mencionar que alguns critérios não poderão ser averiguados, como, por exemplo, o fato do sujeito produtor do texto ser ou não de escola pública ou privada, no entanto, esse dado não é relevante para os objetivos da nossa pesquisa, uma vez que a escolha do *corpus* já descartou esse critério, pois o que buscamos foram redações com nota mil, não importando se o sujeito era de escola pública ou privada.

No decorrer da análise, traremos, muitas vezes, recortes da proposta de redação com o propósito de compararmos os discursos que foram reportados dos textos motivadores. Assim como também usamos fragmentos das redações dos sujeitos. Esses recortes são necessários

para melhor procedermos à análise dos dados da pesquisa. É fundamental destacar, ainda, que haverá alguns trechos das redações que não serão objeto de análise, pois não existe apropriação de uma voz alheia, pelo menos não de forma a se “apontar” na materialidade. O último parágrafo do texto pode também não precisar de uma análise, uma vez que nele, normalmente, aparece a proposta de intervenção para o problema em questão. Só haverá uma discussão, isto é, uma análise, se caso nele houve resgata do discurso de outrem.

4.1 Retomada do discurso alheio

Um dos *corpus* de estudo dessa pesquisa consiste nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio do ano de 2014, disponibilizadas em *sites* da Internet. De posse desse *corpus*, trataremos, como objeto de investigação, os discursos reportados que são utilizados pelos sujeitos-enunciadores como forma de construir uma argumentação consistente. Assim como já afirmado, os discursos serão estudados sob o viés da teoria da enunciação de Bakhtin e o Círculo.

Ao analisar os dados dessa pesquisa, constatamos, de modo geral, que os sujeitos, ao elaborarem a argumentação nos textos, impregnam suas expressões axiológicas no discurso do outro, fazendo isso não de forma neutra, mas sim concordando e/ou discordando com o discurso alheio. A relação do interlocutor com o discurso é um elemento determinante do discurso no diálogo, fora do qual é impossível compreender uma réplica. Utilizamos como categorias analíticas os esquemas de transmissão do discurso citado pertencentes ao *estilo pictórico e ao estilo linear*, assim como a categoria da bivocalidade, explicitados no capítulo II.

Conforme já discutida e analisada no tópico 3.1, a proposta de redação do ENEM 2014 era constituída por três textos motivadores, que tratavam do tema Publicidade Infantil em Questão no Brasil. Resumidamente, verificamos que o texto I trata de uma resolução emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a qual considera abusiva a publicidade infantil. Tal resolução gerou muitos conflitos entre aqueles que a apoiam: pais, ativistas e entidades; e aqueles que são contra ela, como associações de anunciantes, emissoras etc.; o texto II trouxe um infográfico que retratava a questão da publicidade para as crianças no mundo e, no texto III, havia um direcionamento para que as crianças fossem preparadas para receber informações do mundo exterior, de modo que pudessem se proteger do *marketing* infantil.

As quatro redações escolhidas para a análise serão apresentadas na íntegra, todavia a análise incidirá sobre alguns recortes, estabelecidos em função dos objetivos. A primeira redação que analisaremos pertence a CELM (iniciais do nome do sujeito produtor do texto), natural do estado do Rio de Janeiro-RJ⁸. Vejamos:

O verdadeiro preço de um brinquedo

É comum vermos comerciais direcionados ao público infantil. Com a existência de personagens famosos, músicas para crianças e parques temáticos, a indústria de produtos destinados a essa faixa etária cresce de forma nunca vista antes. No entanto, tendo em vista a idade desse público, surge a pergunta: as crianças estariam preparadas para o bombardeio de consumo que as propagandas veiculam?

Há quem duvide da capacidade de convencimento dos meios de comunicação. No entanto, tais artifícios já foram responsáveis por mudar o curso da História. A imprensa, no século XVIII, disseminou as ideias iluministas e foi uma das causas da queda do absolutismo. Mas não é preciso ir tão longe: no Brasil redemocratizado, as propagandas políticas e os debates eleitorais são capazes de definir o resultado de eleições. É impossível negar o impacto provocado por um anúncio ou uma retórica bem estruturada.

O problema surge quando tal discurso é direcionado ao público infantil. Comerciais para essa faixa etária seguem um certo padrão: enfeitados por músicas temáticas, as cenas mostram crianças, em grupo, utilizando o produto em questão. Tal manobra de “marketing” acaba transmitindo a mensagem de que a aceitação em seu grupo de amigos está condicionada ao fato dela possuir ou não os mesmos brinquedos que seus colegas. Uma estratégia como essa gera um ciclo interminável de consumo que abusa da pouca capacidade de discernimento infantil.

Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas. Além disso, é preciso focar na conscientização dessa faixa etária em escolas, com professores que abordem esse assunto de forma compreensível e responsável. Só assim construiremos um sistema que, ao mesmo tempo, consiga vender seus produtos sem obter vantagem abusiva da ingenuidade infantil. (R1-CELM-RJ).

Para avaliarmos um critério como a argumentação, julgamos essencial expor a redação completa do sujeito, já que não há uma regra estabelecida para a argumentação iniciar, por

⁸ Após expormos a redação, colocaremos, abaixo dela, um código que indicará o número da redação, as letras iniciais do nome do enunciador bem como a sigla do estado a que ele pertence. Por exemplo, R1: indica redação número 1 (ordem que damos aos textos); CELM: letras iniciais do nome do produtor do texto; RJ: siglas do estado de origem do enunciador.

exemplo, no desenvolvimento do texto; ao contrário, ela se faz presente na totalidade da produção textual.

Observamos que a voz alheia se faz presente a partir do título da redação: “O verdadeiro preço de um brinquedo”. Nele, há um posicionamento axiológico desencadeado pelo termo “verdadeiro”. Essa apropriação do discurso ocorre através da categoria da bivocalidade, por meio da variante da *polêmica velada*, já que o sujeito emprega a palavra “verdadeiro” como se fizesse um questionamento quanto ao valor do brinquedo, sugerindo que há um preço falso em oposição a esse que ele apresentará. Logo, o autor do discurso citante mostra ter uma visão diferente a respeito do mesmo referencial semântico.

Nessa redação 1, observamos também que, no primeiro parágrafo, o sujeito apresenta a tese de que “Com a existência de personagens famosos, músicas para crianças e parques temáticos a indústria de produtos destinados a essa faixa etária cresce de forma nunca vista antes”. Como se trata da tese, espera-se que, no decorrer da redação, sejam apresentados argumentos coerentes que sustentem essa ideia principal a respeito do assunto abordado.

Ainda nesse primeiro parágrafo, para justificar a sua tese, o autor, estrategicamente estabelece o seguinte questionamento: (...) *as crianças estariam preparadas para o bombardeio de consumo que as propagandas veiculam?*

Percebemos que esse questionamento é a base para a argumentação. Há nele um jogo entre o explícito e o implícito. Assim, temos, nesse trecho, duas afirmações: “a mídia bombardeia as crianças” e “as crianças não possuem maturidade para reagir ao excesso de consumo”. Analisamos, então, que ao usar a palavra “bombardeio”, o sujeito demonstra seu ponto de vista em relação à circulação da propaganda já que essa palavra é carregada de significação “negativa”. Nesse contexto, o vocábulo “bombardeio” foi substantivado do verbo “bombardear” que, de acordo com o dicionário Houaiss (2004, p. 106) significa: “(...) 1. lançar bombas ou projéteis de artilharia; 2. Incomodar, combater, agredir (com argumentos, perguntas etc)”.

Nesse sentido, quanto à retomada do discurso do outro, podemos averiguar o fato de já existir uma polêmica travada com aqueles que apoiam a difusão da propaganda infantil através da mídia. Como vimos no tópico que trata do discurso em Problemas da Poética de Dostoiévski (1997), Bakhtin, ao falar da bivocalidade, mostra-nos que há retomadas do discurso de outrem que são feitas de forma não marcada, ou seja, sem a presença explícita de uma voz alheia.

Nesse caso, percebe-se que houve o resgate de outro discurso e podemos classificar essa retomada, por meio da palavra “bombardeio”, dentro da variante da *polêmica aberta – categoria apresentada por Bakhtin (1997) –*, pois o sujeito ataca, de maneira direta e explícita, o discurso do outro, dessa maneira, há a tomada da fala do outro como objeto de refutação.

Quanto ao modo de transmissão do discurso de outrem defendido por Bakhtin/Volochinov (2002), ainda em relação ao questionamento levantado no início do texto “*as crianças estariam preparadas para o bombardeio de consumo que as propagandas veiculam?*”, o leitor é condicionado a supor que essa pergunta provavelmente será respondida no desenvolvimento da redação e, a partir dela, será desenvolvido o teor argumentativo.

Para construir essa pergunta, acreditamos que o sujeito baseou-se no discurso do texto de apoio III, no qual se discute a necessidade de preparar as crianças para receberem informações do mundo exterior com o objetivo de fazê-las compreender o que está por trás da divulgação dos produtos. Então, aqui temos um modo sutil de apropriação do dizer do outro. O sujeito se apropria do discurso de outro por meio do *discurso indireto analisador do conteúdo* e gera uma problematização dentro do seu próprio texto.

Do ponto de vista do argumento defendido, o segundo parágrafo da redação só faz sentido em decorrência desse primeiro. Isso mostra que a argumentação não precisa necessariamente ser defendida nos parágrafos de desenvolvimento, pois, como vimos, ela já se faz presente na introdução, constituindo-se em um forte recurso argumentativo capaz de gerar expectativa no leitor.

Nesse sentido, verifiquemos que essa pergunta está inserida em um contexto enunciativo em que o conectivo “no entanto” direciona o ponto de vista do enunciador. Situemos o recorte:

É comum vermos comerciais direcionados ao público infantil. Com a existência de personagens famosos, músicas para crianças e parques temáticos, a indústria de produtos destinados a essa faixa etária cresce de forma nunca vista antes. **No entanto**, tendo em vista a idade desse público, surge a pergunta: as crianças estariam preparadas para o bombardeio de consumo que as propagandas veiculam? (R1-CELM-RJ. Grifos nossos).

Segundo as gramáticas normativas, o elemento destacado (no entanto) é utilizado para expressar uma oposição referente à ideia estabelecida no período anterior, constituindo, assim, uma conjunção adversativa. Mas, para Bagno (2012, p. 891) e Azeredo (2008, p. 306), por exemplo, essa palavra, assim como o “porém”, “entretanto”, “contudo” e “todavia” pertencem à classe dos advérbios, classificando como conjunção adversativa apenas o “mas”.

No trecho em destaque, a primeira concepção defendida foi a de que ao usar recursos como personagens famosos, músicas e parques temáticos, a indústria de produtos destinados às crianças cresce rapidamente, ou seja, a mídia usa essas estratégias para se expandir e consequentemente chamará mais atenção do público a quem se dirige. Após o conectivo “no entanto”, não há um contraste, uma oposição ao que foi mencionado antes, e sim uma pergunta.

Passemos, agora, à sequência discursiva abaixo:

Há quem duvide da capacidade de convencimento dos meios de comunicação. No entanto, tais artifícios já foram responsáveis por mudar o curso da História. A imprensa, no século XVIII, disseminou as ideias iluministas e foi uma das causas da queda do absolutismo. Mas não é preciso ir tão longe: no Brasil redemocratizado, as propagandas políticas e os debates eleitorais são capazes de definir o resultado de eleições. É impossível negar o impacto provocado por um anúncio ou uma retórica bem estruturada. (R1-CELM-RJ).

Nesse recorte, percebemos que o sujeito inicia uma discussão acerca do poder de persuasão que os meios de comunicação exercem sobre a vida das pessoas na sociedade. Ele começa o parágrafo com a afirmação “Há quem duvide da capacidade de convencimento dos meios de comunicação”. Ao utilizar a expressão “Há quem duvide”, demonstra acreditar que os meios de comunicação, de fato, são capazes de persuadir o leitor, discordando, assim, daqueles que duvidam desse poder persuasivo.

Percebe-se, então, que houve o resgate de outro discurso. Dessa maneira, podemos classificar esse trecho dentro na variante da *polêmica velada*, pois o sujeito polemiza, de forma indireta, com o discurso do outro, evidenciando que há duas visões opostas: os meios de comunicação são capazes de convencer o público e os meios de comunicação não são capazes de convencer o público. Nota-se, ainda, que, quando o autor utiliza a expressão “Há

quem duvide”, não revela o agente da ação verbal, mas indetermina o sujeito, podendo ser essa a intenção dele: não revelar o(s) agente(s) dessa ação.

Portanto, o sujeito acredita no convencimento dos meios de comunicação e isso é ratificado, logo em seguida, pelo elemento coesivo “no entanto”, que estabelece uma oposição à primeira afirmação de que *há quem duvide da capacidade de convencimento dos meios de comunicação*. Para refutar essa ideia, o enunciador reitera que tais meios de comunicação já foram responsáveis por mudar o curso da História, pois afirma que *A imprensa, no século XVIII, disseminou as ideias iluministas e foi uma das causas da queda do absolutismo*.

Nesse trecho, há a retomada de um discurso que não está posto nos textos de apoio, mas que revela o conhecimento do sujeito sobre aspectos históricos ao confirmar que a mídia, a imprensa e os meios de comunicação influenciam o público, principalmente, o infantil.

Amparando-nos nas categorias do discurso discutidas em Bakhtin/Volochinov (2002), podemos enquadrar esse trecho como um exemplo do *discurso indireto analisador do conteúdo*. Há, nessa variante, um distanciamento entre o que é dito pelo sujeito autor e o que pertence ao outro. O sujeito faz referência a vozes vindas de outro lugar e que fazem parte de seu conhecimento de mundo, porém não há uma reprodução da materialidade do discurso citado, e sim uma reprodução do conteúdo das palavras. Não temos, portanto, referência explícita do discurso citado, conseqüentemente, não há marca de transmissão literal desse discurso.

O sujeito-enunciador utiliza o seu conhecimento de mundo, fazendo uma interligação de um fato histórico passado com algo presente e constante no nosso dia a dia, que são as propagandas políticas e os debates eleitorais no Brasil, também citados por ele em seu texto. Assim, o autor reafirma o seu posicionamento, acreditando no poder de convencimento que as propagandas possuem. Para isso, o sujeito não se limita somente a recuperar um discurso dado nos textos de apoio, antes ele adota convictamente o domínio que tem sobre o assunto para defender sua opinião acerca do tema abordado.

Como já foi mencionando, para a teoria bakhtiniana, os discursos estão sempre repletos de marcas de outros discursos, seja em situações mais formais ou em conversas diárias. Acerca dessas últimas, Bakhtin (2002, p. 139-140) afirma:

Qualquer conversa é réplica de transmissões e interpretações de discursos das palavras dos outros. A todo instante se encontra nas conversas uma “citação” ou “uma referência” àquilo que se disse uma determinada pessoa, ao que “se diz” ou àquilo que “todos dizem”, às palavras de um interlocutor,

às nossas próprias palavras anteriormente dita, a um jornal, a um decreto, a um documento, a um livro, etc.

Essas vozes do discurso do outro não necessariamente precisam vir entre aspas, pois não se tratam, nesse caso, de discursos diretos. Como vimos no fragmento anterior, o autor usa a informação histórica destacada para convencer o leitor acerca do seu posicionamento. Ele seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do seu ponto de vista, conforme é cobrado na competência III da matriz de Redação.

Percebemos a posição valorativa que o sujeito ocupou em relação ao tema da redação desde o início do texto. No final do segundo parágrafo, essa tomada de posição evidencia-se quando ele afirma *É impossível negar o impacto provocado por um anúncio ou uma retórica bem estruturada*. O uso do adjetivo *impossível* sugere que o sujeito acredita ser necessário preparar as crianças para se tornarem consumidores conscientes, pois, para ele, a publicidade causa impacto na vida das crianças e, por isso, elas precisam estar preparadas.

Além disso, há também uma ironia presente nesse trecho, uma vez o autor do discurso citante, ao relatar que “... *no Brasil redemocratizado, as propagandas políticas e os debates eleitorais são capazes de definir o resultado de eleições*” e, logo em seguida, continuar afirmando que “*É impossível negar o impacto provocado por um anúncio ou uma retórica bem estruturada*”, de forma polida, afirma que há promessas falsas ou resultados forjados nas propagandas, isto é, existe algo que engana, “engabela” o leitor. Por isso ele usa as expressões “propagandas políticas” e “debates eleitorais”.

No parágrafo conclusivo da redação, há novamente a retomada do discurso alheio, mas, dessa vez, o sujeito reporta um discurso que já está materializado nos textos de apoio. Vejamos:

Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual **a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público**, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas. Além disso, é preciso focar na conscientização dessa faixa etária em escolas, com professores que abordem esse assunto de forma compreensível e responsável. Só assim construiremos um sistema que, ao mesmo tempo, consiga vender seus produtos sem obter vantagem abusiva da ingenuidade infantil. (R1-CELM-RJ. Grifos nosso).

O trecho em destaque foi resgatado do infográfico, ou seja, do texto II presente na proposta de redação. Nele, do lado esquerdo, há o símbolo de uma mão aberta, com uma legenda ao lado que afirma ser proibida qualquer tipo de publicidade infantil. Os países que adotaram essa medida foram Canadá e Noruega. No entanto, na redação, o sujeito utilizou o verbo *limitar* em vez de *proibir* conforme aparece no texto motivador. Esses verbos, embora tenham sido usados como sinônimos, possuem significação diferente, dependendo das circunstâncias em que estão inseridos.

Fig. 5 – Fragmento4 da proposta de redação



Nesse contexto, o verbo *limitar* se classifica como bitransitivo, pois possui dois complementos verbais: “a propaganda”, como objeto direto e “para esse público”, constituindo o objeto indireto. Então, para ser substituído pelo verbo *proibir*, nessa situação, os dois verbos necessitam ter a mesma predicação verbal. Vejamos o significado deles de acordo com o dicionário Aurélio: “Proibir: *Trans. dir. e indir.* 2. Não permitir; impedir. [...]”; “Limitar: *Trans. dir. e indir.* 3. Restringir, circunscrever [...]”. (ANO, p. 713 e 554). Portanto, o verbo *limitar* foi empregado inadequadamente; talvez o sujeito tenha feito uma leitura apressada do infográfico tendo em vista as condições de produção, já que, no referido texto motivador, a publicidade, no Canadá e na Noruega, é proibida e não limitada.

É válido ressaltar que esse caso não se configura como cópia do texto apoio, já que o sujeito apenas baseou-se no texto para construir a sua própria argumentação. Isso demonstra o movimento do enunciador nesse texto, ele se apropria dos discursos e não os copia apenas.

O autor do texto, ao citar países como Canadá e Noruega, conserva traços estruturais do discurso de outrem, nesse caso, do discurso presente nos textos motivadores. Desse modo, fica visível a presença da voz alheia no discurso citante; o sujeito constrói seu discurso por meio também do *discurso indireto analisador do conteúdo*, pois sabemos que há outro discurso por meio do conteúdo tematizado. Segundo Bakhtin/Volochinov (2009, p.167), esse tipo de variante “[...] abre grandes possibilidades às tendências à réplica e ao comentário no contexto narrativo, ao mesmo tempo que conserva uma *distância nítida e estrita* entre as palavras do narrador e as palavras atadas.”

O enunciador usa esse discurso citado para expressar seu posicionamento axiológico em relação à publicidade infantil no Brasil. Isso fica evidente também pela utilização do conectivo “portanto” em: *Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega a propaganda para esse público*. Então, nessa passagem, o autor acredita ser necessário existir uma regulamentação da propaganda.

Esse elemento coesivo que expressa uma conclusão (portanto) foi utilizado pelo sujeito para defender a tese de que a circulação da publicidade infantil, no Brasil, deve ser *limitada*. Na verdade, talvez o objetivo do sujeito fosse mostrar que a propaganda deveria ser *proibida* assim como já acontece nos países citados, mas ele empregou o verbo *limitar* conforme já foi explicado anteriormente.

Vejam agora o fragmento da redação que não foi colocada na íntegra. Colocamos esse recorte porque ele é muito semelhante ao que foi usado na redação 1: a mesma voz dos textos de apoio também é retomada como estratégia argumentativa.

No Brasil, vigoram os acordos isolados com o Poder Público – sem a existência de leis específicas. **Recentemente, a Conanda (Comissão Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente) emitiu resolução condenando a publicidade direcionada ao público infantil, provocando o repúdio de empresários e propagandistas – que não reconhecem autoridade dessa instituição para atuar sobre o mercado.** Diante desses posicionamentos antagônicos, o debate persiste. (R2- JCC-PR. Grifos nossos) ⁹.

⁹ A redação completa consta em anexo. Especificamente, em relação a essa redação, não a reproduziremos na íntegra, visto que apenas nos interessa destacar o uso desse recurso em análise.

A variante utilizada pelo candidato é a mesma do texto anterior; tem-se novamente a presença do *discurso indireto analisador do conteúdo*. Mais uma vez, a voz reportada foi a que estava concretizada nos textos motivadores, especificamente, no texto I da proposta de redação. Logo, o trecho destacado em negrito claramente dialoga com o texto motivador I. Vejamos:

Fig.6 Fragmento 5 da proposta de redação

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

Verifiquemos que o referido sujeito reconstrói o seu dizer a partir do discurso do outro presente no primeiro e no último parágrafo do texto motivador, quando menciona que o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) aprovou uma resolução, em 2014, que considera abusiva a publicidade direcionada às crianças. O primeiro parágrafo desse texto de apoio mostra que, com essa aprovação, lançada pelo Conanda, houve um verdadeiro conflito entre as ONGs de defesa dos direitos das crianças e aqueles que desejam a continuidade das propagandas direcionadas ao público infantil.

No último parágrafo, afirma-se que a resolução é *criticada por associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamentos e fabricantes de produtos infantis*, que desconhecem a legitimidade constitucional do Conanda. No recorte de JCC-PR, o sujeito afirmou que a tal resolução provocou o *repúdio de empresários e propagandistas – que não reconhecem autoridade dessa instituição para atuar sobre o mercado*.

Observe que, no texto motivador, foi utilizado o verbo “criticar” para demonstrar a insatisfação daqueles que não se interessam pela continuidade da publicidade infantil. Já JCC, ao se apropriar desse discurso, usa o substantivo “repúdio”, para afirmar que os empresários e propagandistas não aceitam tal medida, assumindo, assim, uma posição valorativa mais agressiva, já que repúdio nos remete ao desprezo, à rejeição. O interessante é notar que tanto

no texto de apoio quanto no texto de JCC, há a mesma opinião: o Conanda não deve ter o poder de decisão sobre a publicidade infantil. Com isso, percebemos que o sujeito se apropriou do discurso do outro também por meio do *discurso indireto analisador do conteúdo*. Concluimos, portanto, que o sujeito “concorda” com o ponto de vista defendido na proposta.

Até o presente momento, vimos que os sujeitos defendem o seu posicionamento semelhante aos da proposta: afirmam que é necessária uma regulamentação da propaganda ou enfatizam ser preciso preparar as crianças para o consumo consciente. Para isso, estão sendo adotados argumentos convincentes e não contraditórios a fim de defenderem a tese proposta. O texto dissertativo-argumentativo é respaldado em argumentos que explicam os motivos pelos quais a tese é verídica. Logo, esses argumentos devem ser capazes de convencer o leitor a concordar com o ponto de vista adotado no interior do texto.

Para Nobre e Rodrigues (2007, p. 137),

[...] na dissertação, busca-se objetividade, mesmo que nesta se apresente sempre uma opinião pessoal. No entanto, esta deve ser defendida e exposta com convicção e de maneira impessoal. Portanto, sem “achismo”, visto que convicção não se afirma, mas se mostra por meio de dados concretos e objetivos.

Nos fragmentos dos textos avaliados, podemos observar que a convicção, quanto à circulação das propagandas infantis, está sendo defendida por meio tanto do discurso citado, advindo do conhecimento social, histórico e cultural dos sujeitos, quanto do discurso citante, em que o autor do texto faz uso do discurso citado para consolidar a sua argumentação.

Analisaremos agora outro enunciado que pertence a QMN, de Alagoas.

Se o conceito censitário de publicidade entende o uso de recursos estilísticos da linguagem, a exemplo da metáfora e das frases de efeito, como atrativo na vendagem de produtos, a manipulação de instrumentos a serviço da propaganda infantil produz efeitos que dão margem mais visível ao consumo desnecessário. Com base nisso, estabelecem-se propostas de debate social acerca do limite de conteúdos designados a comerciais televisivos que se dirigem a tal público.

Faz-se preciso, no entanto, que se ressaltem as intenções das grandes empresas de comércio: o lucro é, sobretudo, ditador das regras morais e decisivo na escolha das técnicas publicitárias. Para Marx, por exemplo, o capital influencia, através do acúmulo de riquezas, os padrões que decidem a integração de um indivíduo no meio em que ele se insere — nesse caso, possuir determinados produtos é chave

de aceitação social, principalmente entre crianças de cuja inocência se aproveita ao inferir importâncias na aquisição.

Em contraposição a esses avanços econômicos e aos interesses dos grandes setores nacionais de mercado infante-juvenil, os órgãos de ativismo em proteção à criança utilizam-se do Estatuto da Criança e do Adolescente para defender os direitos legítimos da não-ludibriação, detidos por indivíduos em processo de formação ética. Não obstante, a regulamentação da propaganda tende a equilibrar os ganhos das empresas com o crescente índice de consumo desenfreado.

Cabe, portanto, ao governo, à família e aos demais segmentos sociais estimular o senso crítico a partir do debate em escolas e creches, de forma a instruir que as necessidades individuais devem se sobrepor às vontades que se possuem, a fim de coibir o abuso comercial e o superconsumo. (R3-QMN-AL).

O sujeito inicia o texto com um elemento linguístico que indica condição: o “se”, que foi empregado para ressaltar a possibilidade de que a publicidade infantil, ao utilizar os recursos estilísticos da linguagem – a metáfora e as frases de efeito –, persuade as crianças a comprarem os produtos anunciados, o que causa um consumo desnecessário. A partir disso, o sujeito afirma ser preciso estabelecer um limite relacionado à veiculação de comerciais direcionados ao público infantil.

No primeiro parágrafo, temos:

(...) a manipulação de instrumentos a serviço da propaganda infantil produz efeitos que dão margem mais visível ao consumo desnecessário. Com base nisso, estabelecem-se propostas de debate social acerca do limite de conteúdos designados a comerciais televisivos que se dirigem a tal público. (R3-QMN-AL. Grifos nossos).

O trecho em negrito constitui a tese (ideia central do texto) elaborada pelo sujeito. A palavra “consumo”, acompanhada do elemento qualificador “desnecessário”, realça a opinião do sujeito em relação à temática abordada. O enunciador não se mostra contra a publicidade infantil, mas defende que essa publicidade precisa ser repensada, propondo, então, que haja um limite de conteúdos a serem transmitidos. Logo, ele apresenta o mesmo ponto de vista da proposta de redação que não se diz contra a publicidade, mas que esta precisa ser regulamentada.

Do ponto de vista da bivalência do discurso, a *polêmica aberta* torna-se evidente nesse fragmento por meio dos vocábulos “manipulação”, que significa dominar facilmente as

peçoas, assim como pela expressão “consumo desnecessário”, pois esses dois elementos linguísticos revelam que a propaganda infantil, ao usar as estratégias de Marketing, “obriga” as crianças a comprarem cada vez mais, o que gera o consumo desnecessário. Sendo assim, o enunciador assume um embate contra os propagandistas, as empresas etc. Nesse caso, é como se fosse um efeito de causa e consequência: havendo a manipulação, haverá também o consumo desnecessário.

De forma não marcada, tem-se o discurso daqueles que “apoiam” o uso de mecanismos de manipulação nas propagandas para as crianças. O advérbio de intensidade “mais” intensifica essa ideia de que o consumo será maior com o uso de instrumentos a serviço da propaganda infantil. Então, a argumentação, em todo o texto, será desenvolvida para defender a tese proposta: *a manipulação de instrumentos a serviço da propaganda infantil produz efeitos que dão margem mais visível ao consumo desnecessário.*

Sabemos que um dos propósitos comunicativos da publicidade é convencer o leitor a adquirir o produto, desse modo, é natural que sejam utilizados elementos que chamem a atenção do público alvo. Talvez, por saber disso, o enunciador iniciou o parágrafo seguinte com o conectivo adversativo “no entanto”, contrapondo-se à ideia anterior, para afirmar que a intenção das empresas de comércio é justamente obter o lucro. Diante dessa afirmação, o sujeito faz referência a Karl Marx para se referir ao acúmulo de riquezas. No recorte a seguir, veremos um trecho que se enquadra na variante do discurso direto: *discurso direto substituído*, aquele em que o autor substitui a voz do outro, a qual é reconhecida por meio do conteúdo semântico. Observemos o excerto.

Faz-se preciso, no entanto, que se ressaltem as intenções das grandes empresas de comércio: o lucro é, sobretudo, ditador das regras morais e decisivo na escolha das técnicas publicitárias. Para Marx, por exemplo, **o capital influencia, através do acúmulo de riquezas, os padrões que decidem a integração de um indivíduo no meio em que ele se insere — nesse caso, possuir determinados produtos é chave de aceitação social**, principalmente entre crianças de cuja inocência se aproveita ao inferir importâncias na aquisição. (R3- QMN-AL. Grifos nossos).

O sujeito-enunciador apodera-se do discurso atribuído a Marx para solidificar a argumentação que está sendo defendida no interior do texto, mostrando, assim, o seu

posicionamento relacionado à circulação da publicidade infantil no Brasil. A sua opinião fica evidente no trecho: (...) *nesse caso, possuir determinados produtos é chave de aceitação social, principalmente entre crianças de cuja inocência se aproveita ao inferir importâncias na aquisição*. Portanto, desde que a publicidade não se aproveite da inocência infantil, a circulação dela seria algo permitido, na visão do enunciador.

Entretanto, de acordo com o sujeito-enunciador, a publicidade aproveita-se da inocência das crianças para obter a aquisição dos produtos. Percebemos que não há uma citação direta entre aspas, própria do discurso direto, porém, sabemos que o conteúdo mencionado pertence às ideias amplamente divulgadas do filósofo alemão Karl Marx, tendo em vista que este se dedicou a escrever sobre a crítica da economia política da sociedade capitalista em toda a sua obra, bem como no seu principal livro *O Capital*¹⁰.

Com a retomada do discurso de outrem, o autor do texto resgata, de modo geral, a afirmação que o referido filósofo faz referente às relações capitalistas de produção. Para Marx, o acúmulo de mercadorias influencia ou não a aceitação dos sujeitos em suas relações sociais do sistema vigente. Essa referência a Marx é vista não só pela expressão “para Marx”, mas também pela construção *o capital influencia, através do acúmulo de riquezas*, pois essa é a ideia central da teoria marxista. Assim, por tomar a palavra em nome do outro, temos, como já foi mencionado, o *discurso direto substituído*.

No terceiro parágrafo, temos:

Em contraposição a esses avanços econômicos e aos interesses dos grandes setores nacionais de mercado infanto-juvenil, **os órgãos de ativismo em proteção à criança utilizam-se do Estatuto da Criança e do Adolescente para defender os direitos legítimos da não-ludibriação, detidos por indivíduos em processo de formação ética**. Não obstante, a regulamentação da propaganda tende a equilibrar os ganhos das empresas com o crescente índice de consumo desenfreado. (R3- QMN-AL. Grifos nossos).

O sujeito menciona o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹¹, lei que assegura a proteção integral à criança e ao adolescente, para afirmar que, embora haja avanços

¹⁰ MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

¹¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso: set 2016.

tecnológicos, e as propagandas façam uso de mecanismos para chamarem a atenção das crianças, os órgãos de ativismo em proteção ao público infantil se baseiam nesse estatuto para defenderem os direitos concedidos a esse público. O Art. 71 da referida lei ressalta que “A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Esse artigo trata do respeito à criança e ao adolescente como pessoa em desenvolvimento, isso significa que a sociedade, em geral, deve estar atenta às fases inerentes ao desenvolvimento infanto-juvenil, de modo que concedam informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços adequados a esse público.

Ainda que o sujeito tenha mostrado um dos conceitos gerais de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, isso já demonstra que ele obtém um conhecimento de mundo relacionado a essa lei. Essa retomada do discurso de outrem se dá através da variante do *discurso indireto analisador do conteúdo*. O posicionamento do sujeito, mais uma vez, fica evidente quando ele, após empregar o elemento coesivo adversativo “não obstante”, reconhece que *a regulamentação da propaganda tende a equilibrar os ganhos das empresas com o crescente índice de consumo desenfreado*, mostrando ser a favor da regulamentação da propaganda no Brasil, mas também não se opõe radicalmente a ela.

Ao defender a regulamentação da propaganda, o enunciador, além de retomar o discurso presente no texto de apoio I, assume um posicionamento axiológico perante esse resgate, pois concorda com o ponto de vista defendido no texto motivador, que implícita ou explicitamente, critica o fato de, no Brasil, não haver leis que regulamentem a circulação das propagandas infantis.

Voltemos ao fragmento abaixo, considerando agora a categoria da bivocalidade.

Para Marx, por exemplo, o capital influencia, através do acúmulo de riquezas, os padrões que decidem a integração de um indivíduo no meio em que ele se insere — nesse caso, **possuir determinados produtos é chave de aceitação social**, principalmente entre crianças de cuja inocência se aproveita ao inferir importâncias na aquisição. (R3- QMN-AL. Grifos nossos).

O enunciador, ao mencionar que “*possuir determinados produtos é chave de aceitação social*”, estabelece uma concordância com o discurso daqueles que, de certa forma, apoiam a circulação da publicidade infantil. Novamente observa-se que não há a presença marcada da

voz alheia, mas percebemos a retomada de outra voz, enquadrando-se, assim, na *variante da estilização*, uma vez que existe a voz do outro que não é citada, mas o sujeito trabalhou com o ponto de vista do outro, inspirando-se no texto original (o texto motivador) e se posicionando, inclusive, em relação a ele.

Passemos para o enunciado de GLS, do estado do Rio Grande do Sul - RS.

"Criança: futuro consumidor

A propaganda é a principal arma das grandes empresas. Disseminada em todos os meios de comunicação, a ampla visibilidade publicitária atinge seu principal objetivo: expor um produto e explicar sua respectiva função. No entanto, essa mesma função é distorcida por anúncios apelativos, que transformam em sinônimos o prazer e a compra, atingindo principalmente as crianças.

As habilidades publicitárias são poderosas. O uso de ídolos infantis, desenhos animados e trilhas sonoras induzem a criança a relacionar seus gostos a vários produtos. Dessa maneira, as indústrias acabam compartilhando seus espaços; como exemplo as bonecas Monster High fazendo propaganda para o fast food Mc Donalds. A falta de discussão sobre o assunto é evidenciada pelas opiniões distintas dos países. Conforme a OMS, no Reino Unido há leis que limitam a publicidade para crianças como a que proíbe parcialmente – em que comerciais são proibidos em certos horários -, e a que personagens famosos não podem aparecer em propagandas de alimentos infantis. Já no Brasil há a autorregulamentação, na qual o setor publicitário cria normas e as acorda com o governo, sem legislação específica.

A relação entre pais, filhos e seu consumo se torna conflituosa. As crianças perdem a noção do limite, que lhes é tirada pela mídia quando a mesma reproduz que tudo é possível. Como forma de solucionar esse conflito, o governo federal pode criar leis rígidas que restrinjam a publicidade de bens não duráveis para crianças. Além disso, as escolas poderiam proporcionar oficinas chamadas de “Consumidor Consciente” em que diferenciam consumo e consumismo, ressaltando a real utilidade e a durabilidade dos produtos, com a distribuição de cartilhas didáticas introduzindo os direitos do consumidor. Esse trabalho seria efetivo aliado ao diálogo com os pais.

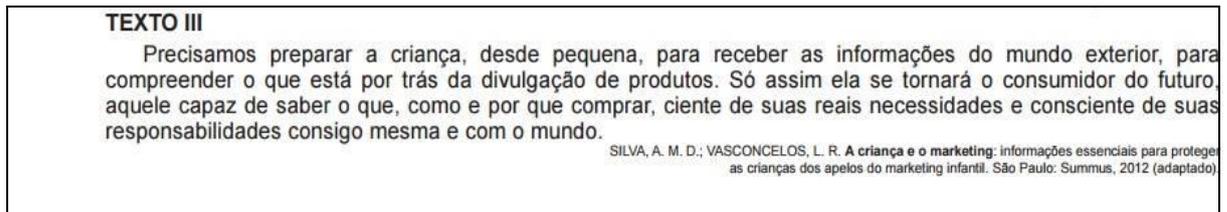
Sérgio Buarque de Hollanda constatou que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras, e a publicidade atual é a consequência direta da globalização. Por conseguinte é preciso que as crianças, desde pequenas, saibam diferenciar o útil do fútil, sendo preparados para analisar informações advindas do exterior no momento em que observarem as propagandas." (R4- GLS-RS).

Ao iniciar o texto, o sujeito faz duas afirmações: “*a criança será futuro consumidor*” (utilizada como título da redação) e “*a propaganda é a principal arma das grandes empresas*”. Diante dessas declarações, desse discurso citante, percebemos uma opinião valorativa referente ao que é discutido pelo senso comum: o sujeito concorda com a visão de que a empresa, por meio das

propagandas, consegue convencer a criança a adquirir o produto, tornando-a um consumidor passivo.

No texto III da proposta de redação, há também uma afirmação de que a criança será o consumidor do futuro. Observemos o recorte que segue.

Fig.7 Fragmento 6 da proposta de redação



Fazendo uma comparação do texto motivador com o título usado pelo enunciador do texto, notamos uma diferença de significado. No texto de apoio III, temos: “(...) ela se tornará o consumidor do futuro” (o pronome “ela” refere-se à criança), enquanto que, na redação do sujeito, “a criança será futuro consumidor”. Na primeira enunciação, foi utilizado o artigo definido “o”, já, na segunda, não foi feito o uso de nenhum artigo antes do substantivo “futuro”.

Para entendermos a função do artigo definido, faz-se necessário entendermos o conceito dele posto pela gramática normativa. De acordo com a gramática normativa de Cegala (2008, p. 551), “(...) o artigo definido se aplica a seres conhecidos ou já mencionados e o artigo indefinido a seres desconhecidos, indeterminados ou de que não se faz menção”. Do ponto de vista semântico, caso o enunciado dissesse: “um consumidor”, entendia-se que, entre muitos, a criança será apenas mais um consumidor (qualquer um), diferentemente de “o consumidor”, que dá a entender que ela (a criança) será o “maior” consumidor no futuro (o ser específico). No caso dessa redação, não houve o uso nem do artigo definido nem do indefinido, e essa ausência torna o termo globalizante: trata de toda e qualquer criança. Diferentemente do que ocorreu no texto motivador, onde foi empregado o artigo definido. Porém, embora haja essa diferença, o discurso citante tomou como base outro discurso para construir o seu, utilizando, então, a variante do *discurso indireto analisador do conteúdo*.

Como a propaganda consiste em um gênero discursivo, é de salutar importância lembrarmos que os gêneros são textos dinâmicos ligados à vida cultural e social os quais circulam na nossa sociedade e possuem funções e propósitos comunicativos distintos. Assim, segundo Sandmann (2001), o principal desafio desse gênero é prender a atenção do leitor ou ouvinte, por isso as propagandas geralmente são criativas, utilizam, por exemplo, cores fortes

e doses de humor. O sujeito, portanto, ao afirmar que “*a ampla visibilidade publicitária atinge seu principal objetivo: expor um produto e explicar sua respectiva função*” assume um posicionamento axiológico, concordando com o que se concebe acerca do propósito comunicativo desse gênero. Dessa maneira, mais uma vez, há a retomada por meio do *discurso indireto analisador do conteúdo*.

No segundo parágrafo, está presente, mais uma vez, a teoria do dialogismo defendida pelo Círculo de Bakhtin, pois o sujeito, para defender sua argumentação, reporta o discurso do texto motivador, e com ele concorda quando menciona:

As habilidades publicitárias são poderosas. O uso de ídolos infantis, desenhos animados e trilhas sonoras induzem a criança a relacionar seus gostos a vários produtos. **Dessa maneira, as indústrias acabam compartilhando seus espaços; como exemplo as bonecas Monster High fazendo propaganda para o fast food Mc Donalds.** (R4- GLS-RS. Grifos nossos).

Vejamos agora o segundo parágrafo do texto I da proposta.

Fig.8 Fragmento 7 da proposta de redação

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Nesse fragmento, já vem colocada a ideia de que os pais elogiaram a resolução que considera abusiva aquela propaganda que faz uso de desenhos animados, trilhas sonoras etc. O enunciador, por sua vez, defendeu essa mesma ideia em seu texto. Logo, há a apropriação do discurso alheio na busca de defender o não uso de estratégias que convençam as crianças a comprarem de forma desnecessária. Vimos, portanto, que GLS assume uma posição de concordância com o texto de apoio, utilizando a variante do *discurso indireto analisador do conteúdo*, pois o autor do discurso citante reformula o discurso de outrem, inserindo suas réplicas e seus comentários.

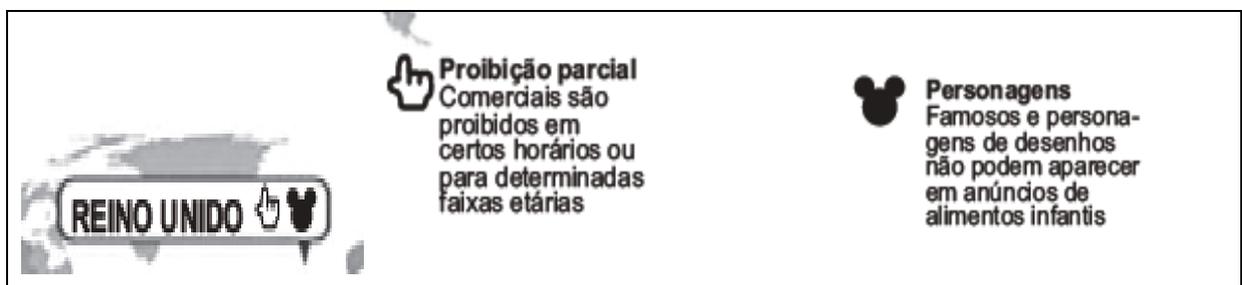
Ainda no parágrafo dois, percebemos que o sujeito também se apropria do discurso presente no infográfico da proposta ao afirmar:

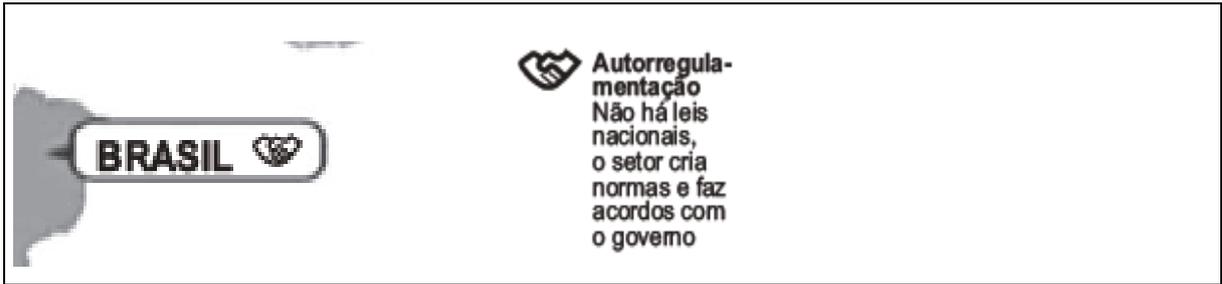
A falta de discussão sobre o assunto é evidenciada pelas opiniões distintas dos países. **Conforme a OMS**, no Reino Unido há leis que limitam a publicidade para crianças como a que proíbe parcialmente – em que comerciais são proibidos em certos horários -, e a que personagens famosos não podem aparecer em propagandas de alimentos infantis. Já no Brasil há a autorregulamentação, na qual o setor publicitário cria normas e as acorda com o governo, sem legislação específica. (R4- GLS-RS. Grifos nossos).

Como já foi abordado em análises anteriores, o infográfico, na proposta, trouxe dados referentes à circulação da propaganda infantil em diferentes países. Nessa redação, o autor do discurso citante retoma o mesmo dizer da proposta na busca de demonstrar, segundo ele, que a falta de discussão acerca do assunto – circulação da propaganda – é evidenciada pelas diferentes opiniões nos países. Para isso, ele utiliza como exemplo, o Reino Unido, já que, nesse país, existem tanto as leis que proíbem parcialmente a publicidade, quanto aquelas que não permitem o uso de personagens famosos e personagens de desenhos, contrapondo-o com o Brasil, onde há apenas uma autorregulamentação, ou seja, não existem leis nacionais quanto à circulação da propaganda infantil. Porém, se existem opiniões distintas nos países, conseqüentemente há discussão sobre o assunto.

Vejamos os fragmentos do infográfico (texto II da proposta), em que aparece o Reino Unido com proibição parcial, bem como a proibição de personagens famosos e de desenhos; e o Brasil com a autorregulamentação da propaganda infantil. Foi a partir desse texto motivador que o sujeito construiu o seu próprio dizer.

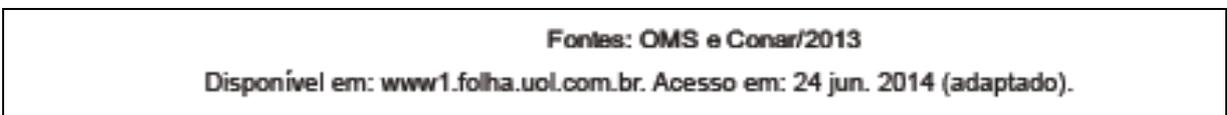
Fig. 9 – Fragmento 8 da proposta de redação





Analisando esse posicionamento do enunciador diante do discurso reportado, classificamos essa apropriação do discurso alheio dentro da variante *analisadora da expressão*, uma vez que a maneira de dizer as palavras de outrem é inserida de tal forma que sua subjetividade é claramente percebida. Ao afirmar que “**Conforme a OMS** (Organização Mundial da Saúde)” – fonte colocada no infográfico – traços da enunciação citada são claramente percebidos. Essa variante apresenta um maior grau de subjetividade no discurso. Observemos o fragmento da proposta que traz a fonte do infográfico no texto II.

Fig.10 – Fragmento 9 da proposta da redação



No último parágrafo do texto, tem-se a seguinte enunciação:

Exemplo 4: fragmento do texto 3 – GLS

Sérgio Buarque de Hollanda constatou que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras, e a publicidade atual é a consequência direta da globalização. Por conseguinte é preciso que as crianças, desde pequenas, saibam diferenciar o útil do fútil, sendo preparados para analisar informações advindas do exterior no momento em que observarem as propagandas."

Ao mencionar Sérgio Buarque de Hollanda, jornalista, sociólogo e historiador brasileiro, o sujeito produtor do texto faz essa retomada para utilizar um argumento de autoridade, demonstrando o seu ponto de vista em relação de concordância com os textos de apoio. O enunciador estabelece uma opinião valorativa de concordância com a proposta de redação: é preciso preparar as crianças para o consumo consciente.

Quanto à categoria da bivalocidade, destacamos a enunciação: *As crianças perdem a noção do limite, que lhes é tirada pela mídia quando a mesma reproduz que tudo é possível*. Não podemos classificar esse enunciado como monovocal, antes, ele dialoga com o discurso da mídia que induz as crianças a comprarem o produto em divulgação. Além disso, o enunciado também discorda desse posicionamento da mídia, usando a *categoria da polêmica aberta*.

Enunciado de VMLB, do estado de Piauí-PI.

"Em meio a uma sociedade globalizada, é evidente o crescimento dos recursos capazes de estimular a adesão ao consumo. Em meio a esse contexto, encontram-se as propagandas destinadas às crianças, que, por possuírem seu caráter em processo de formação, tornam-se alvos fáceis desses anunciantes. A regulamentação da publicidade infantil constitui, assim, um fator imprescindível, visando à preservação da integridade mental desse público.

Com o advento do capitalismo e, principalmente, do modelo liberal introduzido pelo pensador iluminista Adam Smith, as pessoas encontram-se inseridas em uma sociedade de consumo, na qual o apelo à adesão popular é realizado de diferentes formas, como, por exemplo, por meio da mídia. Diante disso, estão as crianças, que ao possuírem, muitas vezes, fácil acesso a veículos de comunicação massivos, são estimuladas a construir um ideal de consumismo desenfreado, tendo em vista que não possuem o discernimento entre o que é necessário e o que é supérfluo.

Imersa nessa logística, encontra-se a participação de famosos em propagandas ou mesmo a alusão a desenhos animados, que visam ao convencimento da criança de que aquele produto anunciado é essencial. Isso evidencia a falta de regulamentação no setor de propagandas do país, já que não há sequer determinação de horários para a veiculação delas, proporcionando uma recepção massiva daquilo que é divulgado para o público infantil. A par disso, aqueles que são responsáveis pela promoção de tais propostas de adesão ao consumo mostram-se contrários à concretização da proposta, ratificando a preocupação exclusivamente econômica com a realização de uma publicidade desregulamentada.

É certo que a mídia constitui um instrumento de massificação da sociedade e, por serem indivíduos que ainda estão em processo de construção do caráter, as crianças necessitam de medidas protecionistas, que garantam sua integridade mental. Nessa perspectiva, deve-se proibir a veiculação de propagandas infantis em determinados horários, como naqueles em que há uma programação destinada a esse público; com a instituição de leis federais. Dessa forma, anunciantes e emissoras devem ser

fiscalizados e punidos com aplicação de multas em caso de desrespeito ao estabelecido. Além disso, é necessária a introdução de disciplinas de educação financeira e direcionada ao consumo, visando à formação de consumidores conscientes. Assim, a criança deixará de ser alvo dessas práticas apelativas." (R5-MVLB-PI).

Destacamos como eixo norteador do texto, ou seja, como a tese, o seguinte enunciado em negrito: “Em meio a esse contexto, encontram-se as propagandas destinadas **às crianças, que, por possuírem seu caráter em processo de formação, tornam-se alvos fáceis desses anunciantes**”. Isso significa que o enunciador coloca a criança como um ser imaturo, que não possui poder de discernimento. Ao mesmo tempo, situa os “anunciantes” numa posição negativa reacionária. Como já citado nas análises anteriores, a tese se configura como uma afirmação para a qual serão apresentados argumentos que comprovem a sua veracidade. Nesse sentido, com o objetivo de confirmar a tese posta, logo, em seguida, o sujeito já apresenta um posicionamento que discorda da ideia dos propagandistas, que são a favor da autorregulamentação, presente no texto motivador. Vejamos, então, um exemplo da redação do enunciador e um fragmento da proposta para compararmos esses dois pontos de vista distintos.

A **regulamentação da publicidade infantil** constitui, assim, um fator imprescindível, visando à preservação da integridade mental desse público. (R5- MVLB-PI. Grifos nossos).

Fig. 11 – Fragmento 10 da proposta de redação

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

Primeiramente, é importante observar que, no trecho da redação, o enunciador propõe que haja uma *regulamentação* da publicidade infantil, que significa impor um regulamento, estabelecer regras para preservar o público a quem se dirige (nesse caso, às crianças). Enquanto que, no texto motivador, existe a confirmação, feita pelas associações de anunciantes, emissoras, revistas, empresas de licenciamento e fabricantes infantis (que se mostram contra a resolução que considera

abusiva a publicidade infantil) de que a *autorregulamentação*, exercida pelo Conar, já é o suficiente para evitar abusos nas propagandas. Perante essa dualidade de posicionamento, constata-se que há um resgate, uma apropriação da voz do outro: o sujeito faz do discurso citado um dizer seu, o que acontece, provavelmente pela “obrigação” que o candidato se impõe de seguir a mesma linha de argumentação da proposta.

Referente ao modo de transmissão do discurso do outro, destacamos que o trecho de MVLB se enquadra no *discurso indireto analisador do conteúdo*, o enunciador mantém o mesmo conteúdo temático da proposta de redação, embora mude a forma do dizer.

No segundo parágrafo, na busca de confirmar a tese e embasar a argumentação, o sujeito inicia fazendo um resgate das ideias formuladas pelo filósofo e economista Adam Smith para o qual deveria haver total liberdade econômica. Vejamos o fragmento abaixo.

Com o advento do capitalismo e, principalmente, do modelo liberal introduzido pelo pensador iluminista Adam Smith, as pessoas encontram-se inseridas em uma sociedade de consumo, na qual o apelo à adesão popular é realizado de diferentes formas, como, por exemplo, por meio da mídia. Diante disso, estão as crianças, que ao possuírem, muitas vezes, fácil acesso a veículos de comunicação massivos, são estimuladas a construir um ideal de consumismo desenfreado, tendo em vista que não possuem o discernimento entre o que é necessário e o que é supérfluo. (R5- MVLB-PI. Grifos nossos).

O sujeito declara que, a partir das ideias introduzidas pelo filósofo iluminista Adam Smith, a sociedade encontra-se imersa no consumo que é estimulado, por exemplo, por meio da mídia. Na busca de interligar essa afirmação, que foi trazida do conhecimento de mundo do enunciador, com a argumentação que ele se propõe a defender, bem como para fomentar o mesmo pensamento já mencionado na tese (as crianças são ingênuas a ponto de não saberem distinguir o que necessário ou não), ele utiliza o conectivo “diante disso” (ou seja, diante dessa sociedade que se configura como consumista) para mostrar, em seguida, que as crianças, ao terem acesso à mídia, são estimuladas ao consumismo.

Logo, a mídia configura-se como um meio persuasivo para o consumo. O discurso citado é solidificado pelo conhecimento de mundo do enunciador, já que essa informação inicial não estava posta nos textos de apoio. Posto isso, o discurso citante se apropria do outro dizer através da

variante do *discurso indireto analisador da expressão*, pois o autor conserva certos traços estruturais do dizer do outro, como “modelo liberal” e “sociedade de consumo”.

Com o intuito de comprovar o poder de convencimento da mídia, posteriormente, o candidato cita artefatos usados pela própria mídia para induzir o público infantil ao consumo. Vejamos no exemplo abaixo.

Imersa nessa logística, encontra-se a participação de famosos em propagandas ou mesmo a alusão a desenhos animados, que visam ao convencimento da criança de que aquele produto anunciado é essencial. Isso evidencia a **falta de regulamentação no setor de propagandas do país**, já que não há sequer determinação de horários para a veiculação delas, proporcionando uma recepção massiva daquilo que é divulgado para o público infantil. (R5- MVLB-PI. Grifos nossos).

Como já analisamos antes, especificamente na página 60, texto referente à redação 4 – GLS”, esse discurso de que a mídia usa personagens famosos para atrair o público alvo já aparece materializado no texto motivador I, parágrafo dois. Na busca de não tornar o nosso discurso repetitivo, não detalharemos esse aspecto aqui, visto que um fragmento semelhante a esse foi analisado: no “Exemplo 2: fragmento do texto 3 – GLS”. Lá consta também o fragmento do texto de apoio do qual fizemos a comparação e constatamos a apropriação do discurso.

No exemplo exposto acima, mais uma vez, assim como no primeiro parágrafo, há a defesa da ideia de que é necessária uma regulamentação das propagandas infantis no Brasil, já que o enunciador afirma “*falta de regulamentação no setor de propagandas do país*”, por isso as crianças absorvem tudo que é veiculado nesse meio de comunicação. O discurso citado usa o vocábulo “sequer” para ressaltar a sua indignação referente a não imposição de regras no setor publicitário infantil e, ao usar esse advérbio – sequer – que pode ser substituído pela palavra “ao menos”, seguido da expressão “*determinação de horários para a veiculação delas*”, o enunciador expõe sua opinião, talvez até de uma forma revoltante, ao fato de não haver, no mínimo, um controle no horário de veiculação das propagandas, seguindo, então, a mesma posição da proposta de redação.

Destacamos que essa forma de apropriação do discurso se dá por meio da variante do *discurso indireto analisador do conteúdo*, pois o dizer já estava no texto motivador e o conteúdo

temático permaneceu. Em relação ao discurso bivocal, nesse trecho, no plano linguístico, destacamos a *polêmica aberta* por meio do advérbio “sequer” que revela um confronto com a não existência de regras para o controle da circulação da publicidade direcionada às crianças.

Ainda referente à categoria do discurso bivocal, destacamos o trecho negrito a seguir:

É certo que a mídia constitui um instrumento de massificação da sociedade e, por serem indivíduos que ainda estão em processo de construção do caráter, as crianças necessitam de medidas protecionistas, que garantam sua integridade mental. (R5-MVLB-PI. Grifos nossos).

Ao afirmar “*É certo que a mídia constitui um instrumento de massificação da sociedade*”, o termo “é certo” trava uma polêmica com aqueles que não acreditam que mídia, nos anúncios, nos meios de comunicação, nas propagandas, nas publicidades etc., influencia o comportamento do indivíduo na sociedade, principalmente, a personalidade das crianças. Assim, o enunciador refuta o discurso do outro de maneira direta e explícita por meio da *variante da polêmica aberta*. “O discurso sente tensamente ao seu lado o discurso do outro falando do mesmo objeto e a sensação da presença deste discurso lhe determina a estrutura”, como afirma Bakhtin (1997, p. 196).

Novamente, ao dizer que “*as crianças são indivíduos em processo de construção de caráter*” o enunciador, mais uma vez, no seu discurso citando, volta a defender a afirmação feita na tese: “as crianças tornam-se alvos fáceis desses anunciantes por possuírem seu caráter em formação”, por isso, precisam de regras para proibir (verbo empregado pelo candidato) a circulação da propaganda infantil em determinados horários.

A partir das questões teóricas anteriormente apresentadas, principalmente, sobre dialogismo e discurso de outrem, temas discutidos pela teoria bakhtiniana, constatamos que apareceu, com maior predominância, a variante do *discurso direto analisador do conteúdo*, apresentada em Bakhtin/Volochinov (2002), e, quanto à bivocalidade do discurso, a variante da *polêmica velada e da polêmica aberta*, presente Bakhtin (1997). Diante dessa constatação, elaboramos um quadro com as categorias analíticas utilizadas nessa pesquisa. Vale ressaltar que há outras formas de apropriação do discurso alheio, conforme foi mostrado no capítulo teórico, mas, em virtude do nosso *corpus*, delimitados as seguintes variantes, sintetizadas no quadro a seguir:

QUADRO 7: categorias analíticas mais recorrentes**FORMAS LINGÜÍSTICAS DE APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DE OUTREM**

Estilo pictórico e estilo linear tendendo ao estilo pictórico:

1. Discurso citado indireto (DI)
- 1.1 Discurso indireto analisador do conteúdo
- 1.2 Discurso indireto analisador da expressão

2. Discurso direto e suas variantes (DD)

- 1.1 Discurso direto substituído

Discurso Bivocal:

1. Polêmica velada
2. Polêmica aberta.
3. Estilização

Fonte: Elaboração própria a partir de Bakhtin/Volochinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2002) e de Bakhtin (1997) em *Problemas da Poética de Dostoiévski*.

Como a argumentação está presente em nossa vida cotidiana, já que argumentamos no âmbito privado e em diferentes domínios públicos, configurando-se, assim, como uma atividade discursiva, para o autor/produtor de texto, a apropriação do discurso do outro significa uma forma de querer demonstrar o seu poder de argumentação referente à temática abordada, pois os autores absorvem o dizer alheio e o transfigura em sua própria voz. Portanto, a natureza dialógica é fundamental, uma vez que argumentar pressupõe uma tomada de posição. A voz do outro é reproduzida pelo discurso citante para que seja refutada. Esta pesquisa demonstrou que as diferentes formas de transmissão do dizer alheio constitui uma forte estratégia de argumentação.

Francelino (2007, p.111), quando discute sobre a categoria do discurso de outrem, afirma:

Nesta categorização, buscamos entender o autor como uma instância que administra a pluralidade discursiva do seu espaço enunciativo e que atua, nesta atividade de gerenciamento, com estratégias diversificadas e complexas de introdução e de organização do discurso de outrem em seu discurso, mediante os mais diversos mecanismos de ordem gramatical e textual. Nesse sentido, a posição do autor no discurso corresponde ao modo específico dialógico de enunciar, isto é, o conceito se constitui como tal ao emaranhar-se numa rede de palavras com as quais as suas se fundem, muitas vezes sendo difícil apreender linguisticamente as fronteiras que as separam.

Nesse sentido, as palavras do outro já vêm valoradas, já trazem seus temas e, ao reformulamos nosso discurso, sempre obtemos outros discursos que são produzidos em outras

condições enunciativas, podendo manter algum vestígio de sentido originário do discurso com o qual estabelece alguma relação. Cabe ao autor submeter essas vozes ao seu querer-dizer. Portanto, os sujeitos, ao se apropriarem do discurso do outro, constroem sua enunciação a partir de múltiplas outras vozes, em que a sua voz também se faz escutada. Por isso, Bakhtin diz que o nosso discurso responde a enunciados passados e futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amparada na perspectiva dialógica do Círculo de Bakhtin, esta pesquisa investigou os modos de apropriação do discurso de outrem existente nas redações do ENEM no ano de 2014. No decorrer de toda análise, mostramos que os textos são essencialmente dialógicos, assim como constatamos também que a presença do discurso alheio faz-se indispensável para se construir um texto dissertativo-argumentativo consistente. Analisamos os modos de retomada do dizer do outro a partir da questão de pesquisa: como os sujeitos se apropriam do discurso de outrem para construir a argumentação?

Diante dessa questão, a conclusão a que chegamos evidencia primeiramente que, nas redações analisadas, o posicionamento dos sujeitos segue o mesmo ponto de vista defendido na proposta de redação, a saber: a regulamentação da propaganda infantil no Brasil, e o preparo das crianças para se tornarem consumidores conscientes e responsáveis no futuro. Como já foram especificados desde o início, todos os textos analisados obtiveram a nota máxima no Exame Nacional do Ensino Médio, no ano de 2014. Portanto, no que concerne ao aspecto argumentativo, na avaliação da equipe corretora, esses sujeitos construíram uma argumentação coerente e consistente, recebendo, assim, o nível 5 em todas as competências presentes na matriz de correção dos textos. É válido destacar que não foi objetivo deste trabalho julgar se as redações, a partir da análise, realmente mereciam nota mil.

Em se tratando da retomada do discurso de outrem, principal categoria analítica desse trabalho, percebemos como a voz alheia atravessa o dizer dos autores dos textos através de diferentes formas e variantes do discurso citado e, dentro de uma mesma variante, de formas diversas. Como vimos, dentro do *estilo pictórico e no estilo linear tendendo ao pictórico*, no *discurso citado indireto*, a variante do *discurso indireto analisador do conteúdo* predominou nos textos analisados, embora houvesse também a presença do *discurso indireto analisador da expressão* e do *discurso direto substituído*.

A categoria do discurso de outrem mostrou-nos como é possível perceber, na materialidade do enunciado, diversas vozes sociais decorrentes de outras enunciações. Essa ideia foi tomada como o eixo norteador que conduziu a presente pesquisa para analisarmos as diversas estratégias das quais os sujeitos podem fazer uso para trazer ao enunciado o discurso de outrem.

Em alguns recortes, a voz alheia foi resgatada do campo histórico, social e cultural dos sujeitos — extra proposta de redação — e, nas outras ocorrências, os discursos já estavam

materializados nos textos de apoio. Diante dessa última afirmação, concluímos que os sujeitos, de modo geral, podem usar esses textos motivadores para elaborarem a sua argumentação, pois o fato de utilizar as ideias que já estão colocadas nesses textos não causa prejuízo à construção da argumentatividade, conseqüentemente, não prejudica a nota do candidato.

Tal conclusão foi resultado da análise que fizemos com base em quatro redações expostas na íntegra e um fragmento de uma outra redação, nas quais houve a recorrência do resgate dos dizeres materializados nos textos de apoio. Voltamos a ressaltar, mais uma vez, que a proposta de redação, de certa forma, direciona o candidato a defender o mesmo ponto de vista, a mesma ideia que a proposta já traz como “correta”.

Quanto ao conceito de bivocalidade do discurso, duas variantes apareceram com maior frequência: a *polêmica velada* e a *polêmica aberta*. Nesses casos, o dizer do outro foi retomado de forma não marcada, mas, explícita ou implicitamente, observou-se a presença dele na construção do sentido do texto.

Esse movimento de retomada das vozes alheias expressa o repertório sociocultural dos enunciadores, exigido no nível 5 da competência III, no qual temos: “Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo”. (BRASIL, 2013, p. 17).

Segundo Francelino (2007, p.118),

O modo de apreensão do discurso citado pelo falante não constitui o momento de subjetivação dos processos psicológicos deste, mas é decorrente da tensão social instaurada pelo (des) encontro da palavra interior – representada pela visão de mundo, pontos de vista de cada um – com o enunciado do outro.

A retomada de discursos de outrem revela, entre outros fatores, o conhecimento de mundo que os sujeitos possuem, bem como a capacidade de interligação desses saberes com o tema proposto. Constatamos que, de fato, os discursos reportados foram utilizados como estratégias argumentativas: os sujeitos os utilizaram como forma de consolidar a argumentação que estava sendo defendida no texto, expressando, assim, seu posicionamento axiológico quanto ao tema. Portanto, com o discurso do outro, pode haver uma concordância ou discordância; um distanciamento ou a reafirmação de um ponto de vista sobre o objeto do discurso; o discurso pode ser acentuado, negado e, assim, o autor do discurso citante constrói novos sentidos na tessitura do texto.

Em nossa pesquisa, percebemos que as diferentes formas de trazer ao enunciado o dizer do outro revela o que Bakhtin já afirma quanto à dialogicidade do discurso: um texto

não é puramente construído com um discurso único. A pesquisa procurou reconhecer as formas de manipulação do discurso de outrem no processo de construção do sentido das redações. Percebemos que a retomada do discurso citado não é provocada pelo autor de forma imparcial, uma vez que o autor do discurso citante infiltra no discurso citado a sua posição valorativa em relação ao outro e também referente ao tema. É interessante notar ainda que não basta apenas reproduzir o discurso citado, é necessário tomar a palavra do outro com uma carga valorativa.

Quanto à produção de texto, sabe-se que, para os alunos, aprender a argumentar é um grande desafio, pois muitos deles ainda não possuem maturidade suficiente para elaborarem reflexões pautadas em diferentes pontos de vistas. Quanto ao ensino da produção de texto, essa atividade argumentativa configura-se como um desafio para o professor que necessita ensinar os alunos a se prepararem, inclusive, à aprovação no ENEM. Logo, cabe à escola aprofundar o investimento no ensino da construção da argumentação nos gêneros dessa natureza, já que o ENEM coloca o sujeito na posição de cidadão capaz de argumentar acerca de assunto considerado polêmico e, ao mesmo tempo, requer que os candidatos apresentem soluções para o “problema”. Assim, o que os sujeitos escrevem constitui objeto de análise e o texto dissertativo-argumentativo é o usado para o exercício da argumentação.

A atividade argumentativa escrita se configura como algo complexo e, por isso, deve ser trabalhada em ensino formal. Muitos alunos não conseguem apresentar um bom domínio de argumentação, sobretudo, os de escola pública, devido aos vários obstáculos vivenciados no sistema de ensino. No entanto, é preciso levar o discente a refletir sobre a natureza dialógica da argumentação que, para construí-la, é fundamental que se retomem vozes alheias. Dessa maneira, é necessário tomar o dizer do outro para defender um posicionamento, assim como é preciso refutá-lo em favor da argumentação.

Muito há ainda a se pesquisar sobre a apropriação do discurso de outrem como estratégia argumentativa. Esperamos que essa pesquisa contribua tanto com a teoria da enunciação quanto com o ensino de Língua.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Tereza Tedesco Vilaro. Considerações sobre o texto argumentativo. In: ANDRADE, Gisele Gama e RABELO, Mauro Luiz (Orgs). **A produção de textos no Enem: desafios e conquistas**. Brasília: UNB, 2007, p. 79-90.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Leandro. A produção de texto: teoria e ensino — um possível diálogo. In: SOUSA, Maria Ester Vieira de; ASSIS, Maria Cristina (Orgs.). **Pesquisa em Língua Portuguesa: da construção do objeto à perspectiva analítica**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 69 -104.

ANDRADE, Gisele Gama e RABELO, Mauro Luiz. **A produção de textos no Enem: desafios e conquistas**. Brasília: UNB, 2007, p. 11-24.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAKHTIN, Michail (V.N Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10ed. São Paulo-SP: 2002a.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

_____. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. 5ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002b.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas – SP: 2005.

BARROS, Alvanira Lúcia de; PEREIRA, Ana Elizabeth Lira da C; ALVES, Eliane Ferraz; CAVALCANTI, Marineuma de O. C; NASCIMENTO, Rejane Viana do. O Brasil passa em nossas mãos. In: ANDRADE, Gisele Gama e RABELO, Mauro Luiz (Orgs). **A produção de textos no Enem: desafios e conquistas**. Brasília: UNB, 2007, p. 145-158.

BRAIT, Brait (org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas (SP): 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Semtec, 2006.

_____. A redação no Enem 2013. **Guia do participante**. Brasília-DF, 2013.

_____. **Ministério da Educação. PCN+ Ensino Médio. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC. Disponível, no dia 07/01/2016, no site:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTTELOTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 113-126.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Júnior: dicionário escolar de língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo, 2006.

FRANCELINO, Pedro Farias. **A autoria no gênero aula: uma abordagem enunciativa**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pernambuco, 2007.

MARCUSCHI, Beth. O que dizem o SAEB e o ENEM sobre o currículo de língua portuguesa para o ensino médio. In: BUNZEM, Clécio e MENDONÇA, Márcia (Orgs). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo, 2006, p. 57-82.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Edital nº 12, de 08 de maio de 2014. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível, no dia 01/02/2016, no site: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2014/edital_enem_2014.pdf

NOBRE, Mônica Maria Rio e RODRIGUES, Violeta Virgínia. Minha mãe quando eu era criança: dissertação? In: ANDRADE, Gisele Gama e RABELO, Mauro Luiz (Orgs). **A produção de textos no Enem: desafios e conquistas**. Brasília: UNB, 2007, p 131-144.

PORTELA, Elza Maria da Silva; SILVA, Evana Mairy Pereira de Araújo; FUCUNDES, Leonildes Pessoa. Redações do Enem. Competências discursivas no texto dissertativo. In: ANDRADE, Gisele Gama e RABELO, Mauro Luiz (Orgs). **A produção de textos no Enem: desafios e conquistas**. Brasília: UNB, 2007, p 215-236.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin**. Campinas: 2009.

SOUSA, Maria Ester Vieira. A produção de texto: entre o discurso e a prática. In: ZOZZOLI, Rita Maria Diniz e OLIVEIRA, Maria Bernadete (Orgs). **Leitura, escrita e ensino**. Maceió: Edufal, 2008, p. 37-62.

VIANA, Chico. Sobre os textos motivadores. Blog na ponta do Lápis. Disponível, no dia 17/05/20016, no site: <http://revistalingua.com.br/textos/blog-ponta/sobre-os-textos-motivadores-326961-1.asp>.

ANEXOS

2.2.1 Matriz de Referência para Redação do ENEM – 2013

COMPETÊNCIA NÍVEIS (NOTAS)	NÍVEL 0	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V
I - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com sistematização, com frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de desvios gramaticais e de convenções da escrita.	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolhas de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente quando não caracterizem reincidência.
II - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.	-	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços consistentes de outros tipos textuais.	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
III - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma organizada, configurando autoridade, em defesa de um ponto de vista.
IV - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.	Não articula as informações.	Articula as partes do texto de forma precária.	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
V - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com o discurso desenvolvida no texto.	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

CELM – Rio de Janeiro – RJ**O verdadeiro preço de um brinquedo**

É comum vermos comerciais direcionados ao público infantil. Com a existência de personagens famosos, músicas para crianças e parques temáticos, a indústria de produtos destinados a essa faixa etária cresce de forma nunca vista antes. No entanto, tendo em vista a idade desse público, surge a pergunta: as crianças estariam preparadas para o bombardeio de consumo que as propagandas veiculam?

Há quem duvide da capacidade de convencimento dos meios de comunicação. No entanto, tais artifícios já foram responsáveis por mudar o curso da História. A imprensa, no século XVIII, disseminou as ideias iluministas e foi uma das causas da queda do absolutismo. Mas não é preciso ir tão longe: no Brasil redemocratizado, as propagandas políticas e os debates eleitorais são capazes de definir o resultado de eleições. É impossível negar o impacto provocado por um anúncio ou uma retórica bem estruturada.

O problema surge quando tal discurso é direcionado ao público infantil. Comerciais para essa faixa etária seguem um certo padrão: enfeitados por músicas temáticas, as cenas mostram crianças, em grupo, utilizando o produto em questão. Tal manobra de “marketing” acaba transmitindo a mensagem de que a aceitação em seu grupo de amigos está condicionada ao fato dela possuir ou não os mesmos brinquedos que seus colegas. Uma estratégia como essa gera um ciclo interminável de consumo que abusa da pouca capacidade de discernimento infantil.

Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas. Além disso, é preciso focar na conscientização dessa faixa etária em escolas, com professores que abordem esse assunto de forma compreensível e responsável. Só assim construiremos um sistema que, ao mesmo tempo, consiga vender seus produtos sem obter vantagem abusiva da ingenuidade infantil.

Fonte: <http://blogdoenem.com.br/redacao-enem-nota-1000/>. Acesso em: 30/07/2015.

JCC -- Pará-PA

Muito se discute acerca dos limites que devem ser impostos à publicidade e propaganda no Brasil – sobretudo em relação ao público infantil. Com o advento do meio técnico-científico informacional, as crianças são inseridas de maneira cada vez mais precoce ao consumismo imposto por uma economia capitalista globalizada – a qual preconiza flexibilidade de produção, adequando-se às mais diversas demandas. Faz-se necessário, portanto, uma preparação específica voltada para esse jovem público, a fim de tornar tal transição saudável e gerar futuros consumidores conscientes.

Um aspecto a ser considerado remete à evolução tecnológica vivenciada nas últimas décadas. Os carrinhos e bonecas deram lugar aos “smartphones”, videogames e outros aparatos que revolucionaram a infância das atuais gerações. Logo, tornou-se essencial a produção de um marketing voltado especialmente para esse consumidor mirim – objetivando cativá-lo por meio de músicas, personagens e outras estratégias persuasivas. Tal fator é corroborado com a criação de programas e até mesmo canais voltados para crianças (como Disney, Cartoon Network e Discovery Kids), expandindo o conceito de Indústria Cultural (defendido por filósofos como Theodor Adorno) – o qual aborda o uso dos meios de comunicação de massa com fins propagandísticos.

Somado a isso, o impasse entre organizações protetoras dos direitos das crianças e os grandes núcleos empresariais fomenta ainda mais essa pertinente discussão. No Brasil, vigoram os acordos isolados com o Poder Público – sem a existência de leis específicas. Recentemente, a Conanda (Comissão Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente) emitiu resolução condenando a publicidade direcionada ao público infantil, provocando o repúdio de empresários e propagandistas – que não reconhecem autoridade dessa instituição para atuar sobre o mercado. Diante desses posicionamentos antagônicos, o debate persiste.

Com o intuito de melhor adequar os “consumidores do futuro” a essa realidade, e não apenas almejar o lucro, é preciso prepará-los para absorver as muitas informações. Isso pode ser obtido por meio de campanhas promovidas pelo Poder Público nas escolas (com atividades lúdicas e conscientizadoras) e na mídia (TV, rádio, jornais impressos, internet), bem como a criação de uma legislação específica sobre marketing infantil no Brasil – fiscalizando empresas (prevenindo possíveis abusos) – além de orientação aos pais para que melhor lidem com o impulso de consumo dos filhos (tornando as crianças conscientes de suas reais necessidades). Dessa forma, os consumidores da próxima geração estarão prontos para cumprirem suas responsabilidades quanto cidadãos brasileiros (preocupados também com o próximo) e será promovido o desenvolvimento da nação.

QMN –Alagoas-AL

Se o conceito censitário de publicidade entende o uso de recursos estilísticos da linguagem, a exemplo da metáfora e das frases de efeito, como atrativo na vendagem de produtos, a manipulação de instrumentos a serviço da propaganda infantil produz efeitos que dão margem mais visível ao consumo desnecessário. Com base nisso, estabelecem-se propostas de debate social acerca do limite de conteúdos designados a comerciais televisivos que se dirigem a tal público.

Faz-se preciso, no entanto, que se ressaltem as intenções das grandes empresas de comércio: o lucro é, sobretudo, ditador das regras morais e decisivo na escolha das técnicas publicitárias. Para Marx, por exemplo, o capital influencia, através do acúmulo de riquezas, os padrões que decidem a integração de um indivíduo no meio em que ele se insere — nesse caso, possuir determinados produtos é chave de aceitação social, principalmente entre crianças de cuja inocência se aproveita ao inferir importâncias na aquisição.

Em contraposição a esses avanços econômicos e aos interesses dos grandes setores nacionais de mercado infante-juvenil, os órgãos de ativismo em proteção à criança utilizam-se do Estatuto da Criança e do Adolescente para defender os direitos legítimos da não-ludibriação, detidos por indivíduos em processo de formação ética. Não obstante, a regulamentação da propaganda tende a equilibrar os ganhos das empresas com o crescente índice de consumo desenfreado.

Cabe, portanto, ao governo, à família e aos demais segmentos sociais estimular o senso crítico a partir do debate em escolas e creches, de forma a instruir que as necessidades individuais devem se sobrepor às vontades que se possuem, a fim de coibir o abuso comercial e o superconsumo.

MLVB – Piauí- PI

Em meio a uma sociedade globalizada, é evidente o crescimento dos recursos capazes de estimular a adesão ao consumo. Em meio a esse contexto, encontram-se as propagandas destinadas às crianças, que, por possuírem seu caráter em processo de formação, tornam-se alvos fáceis desses anunciantes. A regulamentação da publicidade infantil constitui, assim, um fator imprescindível, visando à preservação da integridade mental desse público.

Com o advento do capitalismo e, principalmente, do modelo liberal introduzido pelo pensador iluminista Adam Smith, as pessoas encontram-se inseridas em uma sociedade de consumo, na qual o apelo à adesão popular é realizado de diferentes formas, como, por exemplo, por meio da mídia. Diante disso, estão as crianças, que ao possuírem, muitas vezes, fácil acesso a veículos de comunicação massivos, são estimuladas a construir um ideal de consumismo desenfreado, tendo em vista que não possuem o discernimento entre o que é necessário e o que é supérfluo.

Imersa nessa logística, encontra-se a participação de famosos em propagandas ou mesmo a alusão a desenhos animados, que visam ao convencimento da criança de que aquele produto anunciado é essencial. Isso evidencia a falta de regulamentação no setor de propagandas do país, já que não há sequer determinação de horários para a veiculação delas, proporcionando uma recepção massiva daquilo que é divulgado para o público infantil. A par disso, aqueles que são responsáveis pela promoção de tais propostas de adesão ao consumo mostram-se contrários à concretização da proposta, ratificando a preocupação exclusivamente econômica com a realização de uma publicidade desregulamentada.

É certo que a mídia constitui um instrumento de massificação da sociedade e, por serem indivíduos que ainda estão em processo de construção do caráter, as crianças necessitam de medidas protecionistas, que garantam sua integridade mental. Nessa perspectiva, deve-se proibir a veiculação de propagandas infantis em determinados horários, como naqueles em que há uma programação destinada a esse público; com a instituição de leis federais. Dessa forma, anunciantes e emissoras devem ser fiscalizados e punidos com aplicação de multas em caso de desrespeito ao estabelecido. Além disso, é necessária a introdução de disciplinas de educação financeira e direcionada ao consumo, visando à formação de consumidores conscientes. Assim, a criança deixará de ser alvo dessas práticas apelativas."

GLS – Rio Grande do Sul-RS

"Criança: futuro consumidor

A propaganda é a principal arma das grandes empresas. Disseminada em todos os meios de comunicação, a ampla visibilidade publicitária atinge seu principal objetivo: expor um produto e explicar sua respectiva função. No entanto, essa mesma função é distorcida por anúncios apelativos, que transformam em sinônimos o prazer e a compra, atingindo principalmente as crianças.

As habilidades publicitárias são poderosas. O uso de ídolos infantis, desenhos animados e trilhas sonoras induzem a criança a relacionar seus gostos a vários produtos. Dessa maneira, as indústrias acabam compartilhando seus espaços; como exemplo as bonecas Monster High fazendo propaganda para o fast food Mc Donalds. A falta de discussão sobre o assunto é evidenciada pelas opiniões distintas dos países. Conforme a OMS, no Reino Unido há leis que limitam a publicidade para crianças como a que proíbe parcialmente – em que comerciais são proibidos em certos horários -, e a que personagens famosos não podem aparecer em propagandas de alimentos infantis. Já no Brasil há a autorregulamentação, na qual o setor publicitário cria normas e as acorda com o governo, sem legislação específica.

A relação entre pais, filhos e seu consumo se torna conflituosa. As crianças perdem a noção do limite, que lhes é tirada pela mídia quando a mesma reproduz que tudo é possível. Como forma de solucionar esse conflito, o governo federal pode criar leis rígidas que restrinjam a publicidade de bens não duráveis para crianças. Além disso, as escolas poderiam proporcionar oficinas chamadas de “Consumidor Consciente” em que diferenciam consumo e consumismo, ressaltando a real utilidade e a durabilidade dos produtos, com a distribuição de cartilhas didáticas introduzindo os direitos do consumidor. Esse trabalho seria efetivo aliado ao diálogo com os pais.

Sérgio Buarque de Hollanda constatou que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras, e a publicidade atual é a consequência direta da globalização. Por conseguinte é preciso que as crianças, desde pequenas, saibam diferenciar o útil do fútil, sendo preparados para analisar informações advindas do exterior no momento em que observarem as propagandas."

Fonte: <http://www.plox.com.br/educacao/leia-redacoes-do-enem-que-tiraram-nota-maxima-no-exame-de-2014>. Acesso em: 20/02/2016.